

**A identidade do Portugal Português e a
análise do Jornalismo Cívico**

Telma Andreia Batista Louro

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Jornalismo**

Março, 2012

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação
científica de Pedro Coelho.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que este Relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, de de

*Aos meus pais, ao Helder e ao Óscar
por estarem, incondicionalmente, ao meu lado.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste relatório de estágio, embora sendo um trabalho académico de carácter individual, jamais teria sido conseguida sem os vários apoios com que pude contar, ao longo deste último ano.

É por essa razão que gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Pedro Coelho pela orientação científica, pelos ensinamentos, pela disponibilidade e pela atenção dedicada ao meu trabalho académico.

Agradeço, também, à editora do Portugal Português, Paula Magalhães pela forma como me recebeu e pelas práticas jornalísticas que me proporcionou, pouco comuns a um estagiário, ao longo dos cinco meses na TVI.

Outro agradecimento especial à jornalista Vânia Ramos, pelo apoio e dedicação, durante o período de estágio, mas principalmente pela amizade que daí nasceu.

A todos os meus amigos, um sincero obrigado, por viverem comigo a concretização dos meus sonhos e pelo aconchego, sempre presente, quando mais precisei.

Por fim, quero deixar um distinto agradecimento aos meus pais, ao Óscar e ao meu marido pelo estímulo, pela paciência, pelos sacrifícios, pelos vários incentivos nos momentos mais delicados na realização deste trabalho académico e, sobretudo, pelo amor incondicional. Sem eles, este projeto jamais teria sido concretizado.

RESUMO

ABSTRACT

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO EM JORNALISMO

INTERNSHIP DISSERTATION OF MASTERS IN JOURNALISM

Telma Andreia Batista Louro

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo, Jornalismo Cívico, Jornalismo Público, Portugal Português, Cidadão

O relatório de estágio refere-se à componente não-letiva do mestrado em jornalismo, na qual foi realizado um estágio na estação televisiva portuguesa TVI. Durante os cinco meses relativos ao estágio, fiquei integrada na editoria do programa de informação semanal Portugal Português, emitido na TVI24, canal por cabo da TVI. O estágio no Portugal Português motivou o objeto de estudo desenvolvido ao longo do relatório, que se prende com a reflexão sobre as características inerentes a este programa, procurando, ao mesmo tempo, pontos de cruzamento que permitam considerar uma possível aproximação com o movimento de jornalismo cívico.

KEYWORDS: Journalism, Civic Journalism, Public Journalism, Portugal Português, Citizen

This work refers to the non-teaching component of my masters in journalism, for which I completed an internship on the Portuguese television TVI. During the five months of the internship, I integrate the edition of the weekly information program Portugal Português, broadcasted on TVI24, the cable news channel of TVI. The internship at Portugal Português motivated me to pursue the focus of this report, which is about the characteristics of this television program and, at the same time, explores the connections between Portugal Portuguese and Civic Journalism.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I. Apresentação do órgão de comunicação social	2
1. A TVI	2
2. A TVI24	3
Capítulo II. O Portugal Português e o Jornalismo Cívico.....	4
1. O Portugal Português.....	4
2. O Jornalismo Cívico.....	5
2.1. A crise no jornalismo tradicional.....	5
2.2. Os sinais de alerta.....	6
2.3. Um novo desafio para o jornalismo	7
2.4. As linhas mestras	9
2.5. A crítica.....	11
3. Reflexão: o Jornalismo Cívico no Portugal Português.....	13
3.1. Novos conteúdos; maior profundidade; mais proximidade.....	13
3.2. A agenda	15
3.3. A profundidade.....	17
3.4. O jornalista.....	19
3.5. O cidadão, o debate e a deliberação públicas.....	23
3.6. O <i>feedback</i>	25
Conclusão	26
Epílogo	32
Bibliografia	33
Anexos	35

Introdução

O presente relatório refere-se ao estágio realizado na TVI, Televisão Independente, SA, com a duração de cinco meses, integrado na componente não-letiva do Mestrado em Jornalismo. O estágio teve início a 27 de Setembro de 2010 e terminou a 26 de Fevereiro de 2011. Por questões ligadas à própria organização da estação televisiva, fiquei integrada na editoria do Portugal Português, dirigido pela editora Paula Magalhães. O Portugal Português é um programa semanal, gravado à sexta e com emissão aos Domingos na TVI24, canal por cabo da TVI, e com critérios editoriais focados no jornalismo regional, abordando temas locais e/ ou de cariz política, direta ou indiretamente, relacionados e com reflexo na vida das pessoas.

Ao longo do meu estágio, realizei 13 peças jornalísticas que integraram o alinhamento do programa em diferentes temáticas, assim como tive oportunidade de aprender a trabalhar com o programa de edição de imagem e som, utilizado na construção das peças jornalísticas. O estágio realizado no Portugal Português permitiu-me não só aprender e experimentar a construção de peças e reportagens jornalísticas para a televisão, assim como todo o «trabalho de campo»; além de que foi possível conhecer e experienciar toda a organização e métodos de produção inerentes a um programa semanal de debate.

Pela linha editorial que o Portugal Português assume, optámos por, ao longo do relatório, focar o nosso objeto de estudo nas características do Portugal Português que o aproximam do movimento de jornalismo cívico, surgido nos EUA no início dos anos 90. A escolha do objeto de estudo deve-se a dois motivos que nos parecem pertinentes. O primeiro prende-se com o conceito de jornalismo de proximidade praticado no Portugal Português. Semanalmente, os temas que o programa aborda refletem uma dada realidade numa determinada região de Portugal. O segundo motivo está ligado ao facto de o Portugal Português determinar a escolha de muitos dos temas que trata pelo impacto que esses possam ter na vida das pessoas, enquanto cidadãos afetados. O debate em estúdio, com convidados que representam os vários ângulos do tema, permite que se possam expor ideias, clarificar pontos e questões acerca dessa problemática.

É, neste sentido, que acreditamos que é possível criar pontos de cruzamento com o jornalismo cívico, caracterizado pela função social que pretende desempenhar em prol do bem-estar da comunidade. É a partir desta problemática que daremos conteúdo ao nosso trabalho.

I. Apresentação do Órgão de Comunicação Social

1. A TVI;

A TVI, *Televisão Independente SA*, foi o segundo canal privado em sinal aberto a surgir em Portugal. Fundada por entidades ligadas à Igreja Católica, a sua primeira emissão ocorreu a 20 de Fevereiro de 1993, quando ainda era designada de “Canal 4”. Atualmente, a TVI pertence à *Média Capital* que é detida pela *Prisa*, acionista maioritário.

Num período inicial, a TVI não se revelou uma concorrência forte aos outros dois canais generalistas, SIC e RTP, apresentando fracos resultados de audiências¹. Como constata Felisbela Lopes “em tempo de crise, que se prolongou de 1993 até 1998, [a TVI] apresentou uma oferta instável, incapaz de se implantar junto dos telespectadores” (2006, p. 10).

O ano de 1998, com a entrada de José Eduardo Moniz para diretor-geral da TVI, marcou um novo rumo para este canal, cujo plano estratégico afirmava-se na ficção nacional e nos *reality shows*. “Apostando numa nova filosofia de programação, a TVI introduziu, em Setembro de 2000, várias alterações de forma e conteúdo na sua grelha. A principal foi o *Big Brother*, (...) que o canal quatro adotou para sustentar uma grelha que também fez emergir um novo noticiário diário, com uma política editorial mais centrada em assuntos da vida quotidiana e no cidadão anónimo como fonte de uma informação estruturada predominantemente pelo registo emotivo” (*idem*, 2007, p. 3). É desta forma que a “TVI quando saiu da crise em que mergulhou até 1998 e conquistou alguma visibilidade junto das audiências preferiu apostar na área do entretenimento” (*idem*, 2006, p. 9), sendo que nos dias úteis entre as 7h30m e as 24h00 toda a programação é produzida em Portugal e falada em português.

Em 2001, a TVI conquista o prime time² com um *share* de 42% e em 2005 consegue, pela primeira vez, liderança nas audiências *all-day*³, posição que era ocupada pela concorrente SIC há cerca de dez anos. Atualmente, apostando numa estratégia focada na produção nacional, na informação e no entretenimento, a TVI mantém-se

¹ Em 1993 a TVI era o canal com menos audiências, apresentando um *share* de 6,6% face aos 14,3% da SIC e 61,5% da RTP. Apesar de a percentagem ter aumentado, em 1998 a TVI ainda continuava a ser o canal com menos audiências, apresentando um *share* de audiências de 13,1% em contraste com os 49,2% da SIC e os 31,5 da RTP.

² O *prime time* é o horário nobre correspondente ao período compreendido entre 20 e as 23 horas.

³ Audiência *all-day* corresponde ao valor médio de audiências compreendido no horário que decorre das 7h30m às 2h30m.

filme no comando das audiências, tendo terminado o ano de 2010 com um *share* médio de 34,2% no total do dia⁴. Segundo dados da *Marktest*⁵, a TVI voltou a liderar as audiências em horário nobre nos dois primeiros meses deste ano, com destaque para o programa de informação *Repórter TVI* e para a ficção nacional.

Em Abril de 2010, João Cotrim Figueiredo veio ocupar o lugar de diretor-geral da TVI, após a saída de José Eduardo Moniz. Ainda assim, a linha de formatos da programação adotada pela TVI manteve-se e as apostas continuam a recair na ficção portuguesa.

A direção de informação da TVI conta com nove editorias. São elas a Sociedade, o Desporto, a Política, a Economia, o TVI24.pt, o Internacional, a Grande Reportagem, a Pequena e Média Reportagem e o Portugal Português.

Durante o período referente ao meu estágio a direção de informação era constituída pelo jornalista Júlio Magalhães, que assumia o cargo de diretor de informação, por Mário Moura, que desempenhava funções de diretor-adjunto e pelos jornalistas Luís Sobral e José Carlos Castro, que detinham os cargos de subdiretores de informação⁶.

2. A TVI24

A 26 de Fevereiro de 2009 nasceu o canal da TVI dedicado à Informação: a TVI24. Com uma emissão de 24 horas por dia, a TVI24 tem uma grelha de programação constituída por programas de informação direcionados para a política, para a economia e para o desporto e vários blocos de noticiários, atualizados de hora a hora. A aposta da TVI para este novo canal por cabo conta, ainda, com a presença de vários comentadores que fazem a análise aos principais assuntos da atualidade.

A TVI24 tem tentado marcar uma posição num espaço onde a liderança pertence à SIC Notícias e a segunda posição é ocupada pela RTPN⁷.

O Portugal Português é um dos programas de informação que faz parte da grelha de programação da TVI24. Por questões de gestão da própria estação televisiva fiquei

⁴ A RTP terminou o ano de 2010 em segundo lugar nas audiências com um *share* de 30,1% seguindo-se a SIC que terminou o ano na terceira posição com um *share* de audiências de 29,1%.

⁵ Empresa de estudos de mercado e de audiências

⁶ Actualmente a Direcção de Informação é composta pelo jornalista José Alberto Carvalho, pela jornalista Judite de Sousa e pelos subdiretores Maria José Nunes e por Mário Moura. A nova direcção assumiu funções em Abril de 2010.

⁷ Desde 2006 que a SIC Notícias é o canal por cabo com maior audiência em Portugal. Em Agosto de 2011 o *share* de audiências foi de 4% para a SIC Notícias, 1,5% para a RTPN (que obteve a 13ª posição na lista de canais por cabo mais vistos) e 1% para a TVI24 (que ficou a 14ª posição).

integrada na equipa do Portugal Português, que é chefiada pela editora Paula Magalhães, durante os cinco meses de estágio.

II. O Portugal Português e o Jornalismo Cívico

Ao longo deste capítulo vamos tomar como pontos de reflexão as características que orientam o Portugal Português e as linhas mestras que conduzem o movimento de jornalismo cívico. Pretende-se que, com a análise e reflexão dos procedimentos jornalísticos que incorporam, por um lado o jornalismo cívico e por outro o Portugal Português, sejam detetados os pontos de cruzamento entre ambos.

Desta forma, a problemática central que dará corpo às próximas páginas parte da questão: poderá o Portugal Português ser considerado um programa de jornalismo cívico?

Para respondermos à questão identificaremos as características do Portugal Português e o posicionamento social do programa, cruzando essa identificação com os elementos que definem o jornalismo cívico.

1. O Portugal Português

O Portugal Português é um programa de informação semanal, emitido aos Domingos às 15horas na TVI24. A editora Paula Magalhães afirma, numa entrevista que nos concedeu com vista à elaboração deste relatório, que o programa “nasceu da necessidade de haver um espaço de informação nacional, mas com vocação e interlocutores que representem o poder local” e onde são colocados em debate temas que focam as problemáticas locais de interesse público. Paula Magalhães descreve o Portugal Português como sendo “um programa que pretende levantar questões verdadeiramente nacionais mas que começam por ter impacto, ou um primeiro impacto, nos municípios e nas autarquias”.

Cada emissão conta, geralmente, com dois ou mais convidados que, em muitos casos, são autarcas. No entanto, o perfil dos convidados depende sempre dos temas que são abordados e, por isso mesmo, os convidados são escolhidos em função da associação que demonstram relativamente a determinado assunto.

A dinâmica do programa conta com várias peças jornalísticas que desenvolvem e complementam o tema central. Essas peças vão intercalando com os períodos dedicados ao debate ao longo de, aproximadamente, 50 minutos. A base do alinhamento conta, geralmente, com uma “peça de enquadramento” e duas ou mais “peças de perfil” (de

acordo com o número de autarquias representadas na emissão do programa). Posteriormente serão acrescentadas novas peças ou reportagens em conformidade com as necessidades do tema.

Assim, normalmente, a primeira peça a ser exibida, logo depois da apresentação dos convidados, é a “peça de enquadramento” que, como o nome indica, pretende fazer um enquadramento do assunto que será colocado em debate, reunindo as principais informações que serão objeto de discussão. As “peças de perfil” são emitidas já perto do final da emissão e pretendem dar a conhecer os municípios que estão representados pelos autarcas nessa emissão do programa, reunindo informações gerais sobre os concelhos, tais como o número de habitantes, localização geográfica, as principais atividades económicas, gastronomia, tradições, entre outras. As “peças de perfil” só existem quando os convidados do Portugal Português representam um concelho ou uma região.

Existem, ainda, os *voxpath* que são peças onde é dada voz aos munícipes, permitindo-lhes que coloquem questões ou façam sugestões aos autarcas. Após a exibição do *voxpath*, cada autarca dispõe de alguns minutos para comentar as questões ou sugestões dos munícipes. Os *voxpath* são incluídos na rubrica *A Voz do Cidadão* que é, geralmente, o último acontecimento antes do fecho da emissão do programa.

2. O Jornalismo Cívico

“O jornalismo deve manter-se leal, acima de tudo, aos cidadãos.”
in Bill Kovach e Tom Rosenstiel, *Os Elementos do Jornalismo*

No final dos anos 80, surgiu nos Estados Unidos da América um movimento jornalístico que viria a ser conhecido, em 1993, por jornalismo público (Camponez, 2002, p. 120). A este “novo jornalismo” (Traquina, 2003, p. 9) são atribuídas diferentes designações: jornalismo comunitário; jornalismo de serviço público e jornalismo cívico. Ao longo desta abordagem será adotada esta última terminologia.

2.1. A crise no jornalismo tradicional

Podemos pensar o jornalismo cívico como uma reação a um conjunto de fatores que motivaram a necessidade de mudança no campo jornalístico. Este movimento surgiu num período marcado pela crise de confiança no jornalismo, com fracas

audiências nos telejornais, baixas tiragens nos jornais e ainda com as leis do mercado a regerem os conteúdos informativos (como consequência dessa orientação, os órgãos de comunicação social começaram a apostar nas *soft news* colocando cada vez mais de parte as *hard news*⁸). A estes fatores acresce o progressivo distanciamento entre os cidadãos e a vida política e entre os órgãos de comunicação social e o público (Borges, 2009, p. 95).

Mário Mesquita refere a existência de uma “crise de credibilidade” no jornalismo tradicional (2003, p. 24). A partir dos “estudos de credibilidade” que foram feitos no final da década de 80 foi possível listar alguns fatores – que vão “desde erros factuais, ortográficos ou gramaticais até à falta de respeito pelos (nem conhecimento dos) seus leitores nem pelas (das) comunidades em que se inserem” (*idem, ibidem*, p. 24, 25) – referidos pelos inquiridos, a respeito dos jornais, que estão na base desta “crise de credibilidade” no jornalismo. O autor acrescenta ainda que “os inquiridos suspeitam que as convicções e as tendências dos jornalistas influenciam a escolha do tipo de assuntos que são objeto de tratamento jornalístico e a forma como são tratados. Os inquiridos entendem que os jornais procuram e empolam “estórias” sensacionais, só porque aumentam as vendas” e “não acreditam que as notícias mereçam a atenção e o desenvolvimento que obtêm” (*idem, ibidem*, p. 25).

Por outro lado, os próprios jornalistas, defende Merritt, vinham alimentando um certo ceticismo em relação ao poder político. Embora o autor acredite que o trabalho de *watchdog* “tem servido bem o jornalismo (e a democracia) na sua relação com o governo” (*in* Borges, 2009, p. 97), argumenta que esse «ceticismo sistemático» cria barreiras à vida democrática. Neste mesmo sentido, Mesquita explica que “as teses do contrapoder (...) ajudaram a instalar nos jornalistas uma atitude anti-institucional sistemática, não no sentido de apoiante da oposição ao governo, mas na perspetiva de um negativismo permanente perante a política e os políticos” (2003, p. 24).

2.2. Os sinais de alerta

Um dos fundadores do jornalismo cívico, o autor Jay Rosen, identifica “seis sinais de alerta” no jornalismo tradicional, que o jornalismo cívico pode ajudar a resolver (*in* Camponez, 2002, p. 121).

⁸ Segundo a definição proposta por Thomas E. Patterson (baseada nos conceitos de Smith, 1985) “as notícias sérias (*hard news*) referem-se à cobertura de acontecimentos envolvendo líderes políticos, questões públicas substantivas, ou perturbações significativas na rotina da vida diária, como um sismo ou um desastre de avião. (...) As notícias que não são deste tipo são, por definição, leves (*soft news*)” (2003, p. 22).

Assim, o primeiro sinal de alerta é o económico que está visível na descrença dos leitores nos jornais e que faz diminuir as tiragens e as audiências, como já referimos anteriormente.

O segundo sinal de alerta é de raiz tecnológica. A este respeito, Camponez explica que “as novas tecnologias estão a promover alternativas ao modelo de comunicação de massa, em favor de formas mais próximas e interativas, para as quais os *media* tradicionais devem procurar encontrar também respostas” (*idem, ibidem*, p. 121).

O terceiro alerta é de ordem política. Este sinal é perceptível pelo gradual desinteresse que os cidadãos têm nutrido pela vida cívica e pela forma como os *media* tradicionais vinham a alimentar um jornalismo superficial, com pouco, ou mesmo nenhum, interesse para a vida pública efetiva.

O quarto alerta está voltado para uma crise profissional sentida pelos próprios jornalistas. Este alerta “reflete-se na atual insatisfação dos profissionais da comunicação, mais exigentes e mais credenciados do que no passado, mas, mesmo assim, incapazes de porem em prática alguns dos ideais que os levaram a escolher o jornalismo como projeto de realização pessoal” (*idem, ibidem*, p. 121).

O quinto sinal de alerta, muito relacionado com o anterior, prende-se com uma frustração espiritual sentida pelos jornalistas. Refletindo o pensamento de Rosen, Personi explica que este sinal prende-se, sobretudo, com a “falta de visão afirmativa, um sentido, algo inspirador no qual os jornalistas possam acreditar e trabalhar e sua construção” (2005, p. 59). Por outras palavras, Carlos Camponez escreve que este alerta “tem a ver, sobretudo, com um questionamento existencial dos profissionais mais velhos, acerca do sentido profundo do seu trabalho (2002, p. 121).

Por último, existe também um alerta intelectual que diz respeito à forma simplista e redutora com que os jornalistas tratam os acontecimentos “como se o jornalismo fugisse, recusando quase, a complexidade das coisas, e fosse incapaz de tratar a espessura dos acontecimentos, com as suas matizes e as suas indecisões” (*idem, ibidem*, p. 121).

2.3. Um novo desafio para o jornalismo

O impulso efetivo na ascensão do jornalismo cívico aconteceu em 1988. Segundo Alicia Shepard “a primeira manifestação [do jornalismo cívico] nasceu da frustração acerca da cobertura da eleição presidencial nos Estados Unidos da América. Muitos acreditaram que os *media* foram transformados pelas táticas de campanha

negativa, obedecendo a uma cobertura tipo corrida de cavalos e esquecidos em relação às questões julgadas importantes pelos leitores” (in Traquina, 2003, p. 10). Com um mal-estar generalizado em relação ao jornalismo tradicional podemos afirmar que a cobertura da campanha eleitoral nos Estados Unidos da América, em 1988, “marcada por questões secundárias, como as personalidades, as estratégias e as táticas dos candidatos” (Borges, *ibidem*, p. 96), foi «apenas» a gota de água que faltava para fazer emergir o movimento de jornalismo cívico – um movimento que fosse capaz de apresentar formas alternativas de atuar e que renovasse as práticas jornalísticas de forma a colmatar todos os «buracos» existentes no jornalismo tradicional.

No início dos anos 90, com novas campanhas eleitorais e as eleições presidenciais de 1992, nos EUA, vários jornais – como o *Wichita Eagle* e o *Charlotte Observer* – colocaram em prática este “novo jornalismo”, mais voltado para o cidadão, que abordava temas e preocupações do interesse dos leitores e que recorria ao uso das sondagens de opinião e fóruns de debate.

Em 1990, Davis Merritt, outro dos fundadores deste movimento e editor do jornal *Wichita Eagle* desenvolveu, em conjunto com uma rádio e uma estação televisiva, um projeto de jornalismo cívico ao qual foi dado o nome de *Volter Project*. Este projeto tinha como finalidade melhorar o tipo de abordagem jornalística, voltando as atenções para os cidadãos e não tanto para os candidatos às eleições, como vinha sendo feito.

Neste sentido, foram realizadas sondagens de opinião e *focus groups*⁹ “para identificar as questões principais que preocupavam os cidadãos. Subsequentemente, as empresas jornalísticas envolvidas no projeto orientaram a sua cobertura da campanha eleitoral e destacaram essas questões, minimizando os ataques e contra-ataques dos candidatos. Nas seis semanas antes do dia das eleições o *Wichita Eagle* publicou artigos aprofundados sobre as questões identificadas e apresentou a posição dos candidatos sobre cada questão” (Traquina, 2003, p.11).

Dois anos mais tarde, em 1992, também o jornal *Charlotte Observer* mudou a estratégia na cobertura da campanha eleitoral. Recorrendo a sondagens, entrevistas e a um “painel do cidadão”¹⁰, foram detetadas algumas questões e problemáticas que

⁹ O *focus group* é uma forma de pesquisa onde um grupo de pessoas (neste caso trata-se de um grupo de pessoas representativas dos interesses da comunidade local) é questionado acerca das perceções, ideias, crenças e atitudes relativamente a determinado assunto. Trata-se de um grupo interativo, onde os participantes são livres para debater, com os outros membros, as ideias relativas a esse assunto.

¹⁰ “Painel de cidadãos” foi um dos métodos utilizados pelo *Charlotte Observer* para conhecer a opinião dos cidadãos sobre aquele novo tipo de cobertura jornalística que estava a ser desenvolvido no jornal durante as campanhas eleitorais.

preocupavam os cidadãos. Ao longo da campanha eleitoral, os jornalistas confrontaram os candidatos com questões e dúvidas colocadas pelos cidadãos e publicaram as respostas numa rubrica criada para o efeito, no *Charlotte Observer*. Estavam, assim, a ser dados os primeiros passos do jornalismo cívico.

2.4. As linhas mestras

O princípio básico do jornalismo cívico passa, essencialmente, pela “preocupação com a saúde cívica dos cidadãos” (Camponez, 2002, p. 122). A ideia de que o êxito dos jornais está intimamente ligado a uma vida pública saudável e que quanto mais os jornais incentivam o exercício da cidadania, maior é o interesse do leitor-cidadão nos jornais, é sustentada pelo autor Arthur Charity. O autor constata que “a relação fundamental não se estabelece entre o leitor e o seu jornal diário, mas entre o cidadão e a vida pública” (*in idem, ibidem*, p. 122). Para complementar a ideia de Charity, Carlos Camponez escreve que “poder-se-á sustentar que as audiências não se constroem na procura da satisfação, a curto prazo, dos interesses dos indivíduos que constituem o público, mas na sua mobilização com vista a uma maior intervenção na vida pública” (*ibidem*, p. 122). Logo, sob este ponto de vista, quanto mais os jornais refletirem e promoverem a vida pública, maior será o estímulo dos leitores na aquisição de jornais e maiores serão as audiências dos telejornais.

Tentando uma (re)aproximação com os leitores (pensados no jornalismo cívico como cidadãos) e entre os cidadãos e a vida pública, o jornalismo cívico possui, assim, uma função social, participando do ativismo comunitário. Como escreve Jay Rosen, professor universitário, “o jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania (*citizenship*), melhorando o debate público e revendo a vida pública” (*in* Traquina, 2003, p. 10). Entendendo que existe uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia (Merritt, *in* Traquina, 2003, p. 12), este movimento vem abrir portas a novas formas de atuar e traz um novo olhar sobre o cidadão, promovendo e encorajando o seu interesse nos assuntos relativos à cidadania e à vida pública.

Ainda que não tenha sido articulado um conjunto das práticas profissionais que motivam o jornalismo cívico (Borges, 2009, p. 96), alguns autores avançam com as linhas mestras que dão corpo a este novo movimento. Primeiro é importante salientar que as práticas usadas pelo jornalismo cívico estão “claramente subordinadas ao objetivo central de fomentar a participação e uma cultura cívicas, através de uma abordagem mais positiva da realidade, promovendo o reforço dos elos sociais,

procurando e propondo saídas para os problemas concretos dos cidadãos” (Camponez, 2002, p. 120).

Na interpretação que faz do pensamento de Merritt, Nelson Traquina sintetiza em quatro pontos as mudanças no jornalismo: “1) ir para além da missão de dar notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção de “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como atores da vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos” (2003, p. 12).

As ligações entre jornalistas e cidadãos a que Merritt se refere vão permitir aos jornalistas descobrir quais são os principais problemas e assuntos que incomodam a vida pública e que requerem atenção e tratamento jornalístico. Neste sentido, é fundamental existir uma maior dedicação dos jornalistas aos cidadãos e uma promoção da comunicação entre ambos; dessa forma os jornalistas conhecerão melhor a comunidade em que se inserem e para a qual trabalham.

Para além da comunicação entre jornalistas e cidadãos, o jornalismo cívico propõe o envolvimento dos cidadãos num debate sério sobre os temas que o envolvem enquanto membro inserido numa comunidade. Relativamente a este ponto, Susana Borges, fazendo referência ao autor James Carey, explica que o jornalismo cívico troca o jornalismo puramente informativo por “um jornalismo que alimente a conversa pública, visando um maior envolvimento do público nos assuntos que o afetam” (*ibidem*, p. 96).

O jornalismo cívico oferece uma dinâmica distinta da que é praticada pelo jornalismo tradicional. No jornalismo cívico os jornalistas são entendidos como mediadores, ou “árbitros” como refere Merritt, que asseguram o respeito pelas “regras do jogo” (*in* Borges, 2009, p. 97). E neste “jogo” estão incluídos termos como democracia, ativismo comunitário; novas ligações entre jornalistas e cidadãos; debate; assuntos cívicos; vida pública; responsabilidade social; entre outros.

É com base nestes termos que o jornalismo cívico tem vindo a tomar corpo e, ainda que careça de um manual de preceitos e condutas, afirma-se mais por adotar uma atitude jornalística. Como defende Merritt, “não há uma fórmula ou um conjunto de regras. É, sim, a convicção e uma atitude resultante de uma conexão entre jornalismo e a vida pública”. O autor acrescenta ainda que o jornalismo cívico surge “da

responsabilidade de consciências individuais e julgamentos de jornalistas e das necessidades de suas comunidades” (in Pessoni, 2005, p. 64). Para o autor “o jornalismo pode, e deve, ser uma “força fundamental” na “revitalização da vida pública”” e “não é uma questão de fazer algumas coisas de uma maneira diferente, ou fazer algumas coisas diferentes. Tem de ser fundamental a adoção de um papel para além de dar as notícias” (in Traquina, 2003, p. 13).

Assim, sintetizando as ideias anteriores e também as linhas que orientam este “novo jornalismo”, Mário Mesquita escreve que “a preocupação do movimento do jornalismo cívico em reavivar o conceito e as práticas da cidadania, a sua apreciação crítica das forma de futilização da política adotadas por certos *media*, o aprofundamento da ligação entre jornalistas e cidadãos comuns são aspetos que conferem relevância a esta tentativa de reformular o perfil do jornalista e as práticas jornalísticas”, acrescentado que “o projeto do jornalismo cívico representa uma tentativa ambiciosa para repensar globalmente o «campo jornalístico» ” (2003, p. 26).

No próximo capítulo, refletiremos mais profundamente sobre cada um dos pontos que definem o jornalismo cívico, comparando-os com as características que definem o jornalismo cívico.

2.5. A crítica

Nelson Traquina – fazendo referência a McManus, 1994 – escreve que “certamente o movimento reafirma as responsabilidades sociais do jornalismo numa era mercantilista onde mesmo nas salas de redação das empresas jornalísticas os ditames do dinheiro influenciam cada vez mais as decisões editoriais. Nesse sentido o jornalismo cívico representa uma importante brecha na busca frenética de notícias, na postura cínica para com a vida política, na dependência excessiva das fontes oficiais, e na desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes ativos na vida pública” (2003, p. 16). Ainda assim, este novo jornalismo tem sido alvo de muitas críticas, e muitas vezes mencionado como sendo um truque de marketing, ao longo das suas mais de duas décadas de existência.

Os novos conceitos, muitos deles revolucionários em relação ao jornalismo tradicional, propostos pelos defensores do jornalismo cívico, foram alvo de críticas por parte dos autores que argumentam a favor dos princípios e valores do jornalismo tradicional. O autor Carl Sessions Stepp refere que “nalgumas formas, o jornalismo público cria uma caricatura da imprensa tradicional, atacando-a como corrupta, promove-se como um ‘movimento’ reformista e despacha os críticos como

reacionários” (*in idem, ibidem*, p. 16). Desde já, é importante saber retirar do jornalismo cívico as práticas que são saudáveis sem, jamais, romper totalmente com as práticas e com os valores acumulados do jornalismo tradicional (Traquina, *ibidem*, p. 17).

Sendo assim, Mesquita defende que “a preocupação do movimento do jornalismo cívico em reavivar o conceito e as práticas da cidadania, a sua apreciação crítica das formas de futilização da política adotadas por certos *media*, o aprofundamento da ligação entre os jornalistas e os cidadãos comuns são aspetos que conferem relevância a esta tentativa de reformular o perfil do jornalista e as práticas jornalísticas” (*ibidem*, p. 26).

No entanto existem outras características adotadas pelo jornalismo cívico que não podem deixar de ser questionadas. Traquina explica que “é particularmente perigosa a defesa de um ativismo, mesmo se limitada a certos assuntos (e quem decide quais?), onde uma participação excessiva pode conduzir a um conflito de interesses e à perda da perspectiva independente dos *media*. É particularmente arriscado deitar no caixote do lixo o conceito de “observador desprendido”, ainda mais quando “desprendido” não significa, necessariamente “indiferente”” (*ibidem*, p. 16, 17).

Indo ao encontro das ideias de Traquina, Mário Mesquita resume os principais pontos de crítica no jornalismo cívico. São eles “o desenho de um novo perfil de jornalista-participante, em prejuízo da atitude clássica do jornalismo-observador; o abandono das concepções tradicionais de “distanciamento” jornalístico, em benefício da defesa de causas comunitárias, correndo-se o risco de alinhamento explícito de jornais e jornalistas ao lado de determinadas correntes políticas; o aparente desinteresse da corrente por formas de autorregulação” (*ibidem*, p. 26).

O novo perfil do jornalista participante é aquele que mais tem suscitado críticas por parte de alguns autores e será, também, objeto de reflexão ao longo do ponto 3.4 do próximo capítulo.

Outro ponto importante, apontado por Michael Schudson, prende-se o facto de que “os admiradores da comunidade, tal como alguns defensores do *public journalism* têm tendência para não considerar o que acontece quando os valores comunitários colidem ou até onde os valores comunitários não-liberais têm de ser tolerados pelo público” (*in idem, ibidem*, p. 26).

Por outro lado, e sem esquecer uma atitude crítica face às teorias propostas por alguns dos autores do jornalismo cívico, o mesmo autor reconhece que “as tendências predominantes na teoria social e no jornalismo cívico, ao longo dos últimos 20 anos,

afastaram-se do modelo binário do mundo (estado e mercado) para dar lugar a um triunvirato (estado, mercado e sociedade civil), o que é magnífico e relevante” (*in idem, ibidem*, p. 27).

Assim, ainda que o jornalismo cívico alimente uma democracia participativa que se apoia em valores relevantes, é importante não deixar que se perca todo o capital do jornalismo tradicional. Por outras palavras, “seria indesejável, (...), adotar um modelo de jornalista-de-causas-comunitárias ou perder o fio de continuidade com o perfil do jornalista-observador que, sem prejuízo da sua incontornável subjetividade, se deve guiar no relato e na interpretação dos acontecimentos, à semelhança do historiador ou do magistrado, por uma preocupação de distanciamento e honestidade (Mesquita, *ibidem*, p. 27).

Sendo assim, Traquina sublinha que o jornalismo cívico tem potencial para renovar o jornalismo se não pretender ser uma rutura com o seu capital já acumulado (*ibidem*, p. 17)

3. Reflexão: o jornalismo cívico no Portugal Português

Após exposta a dinâmica do *Portugal Português*, feito o enquadramento e conhecidas as linhas que orientam o movimento jornalismo cívico, vamos partir para a reflexão central deste tema, onde se pretendem encontrar pontos de cruzamento entre o jornalismo cívico e o programa da TVI24, que nos permitam responder à questão central deste capítulo: poderá o Portugal Português ser considerado um programa onde sejam detetadas marcas do jornalismo cívico?

Assim, de modo a simplificar esta abordagem, a reflexão será estruturada em vários tópicos, onde as condutas do jornalismo cívico serão conjugadas com uma análise feita aos procedimentos e à dinâmica do Portugal Português, tendo como referência algumas das emissões do programa. Pretende-se, com isto, encontrar posições de correspondência entre ambos que nos permitam responder à problemática proposta.

3.1. Novos conteúdos; maior profundidade; mais proximidade

“O jornalismo público tem sido sujeito a muitas interpretações;
na verdade, na sua insipiência, o jornalismo público
é mais uma série de práticas que uma definição”.

*In Renita Coleman, Os antecedentes intelectuais do jornalismo público*¹¹

¹¹ *In* Traquina, 2003.

O título deste tópico reflete três das posições que o jornalismo cívico pretende assumir na forma como trabalha para a comunidade e com a comunidade. E, de facto, os seus compromissos são para com a comunidade e em prol dos interesses subjacentes a uma vida pública saudável. E a comunidade de que nos fala o jornalismo cívico é uma comunidade localizada e não a população nacional em geral. Assim, por outras palavras, jornalismo cívico reflete os problemas e as conveniências da população local.

Também o Portugal Português atua sob uma perspetiva local. A editora do programa, Paula Magalhães, explica que “o programa pretende dar a conhecer a perspetiva regional do nosso país. O próprio lema (...) reflete isso mesmo: o que se passa em qualquer lugar deste país interessa a Portugal”.

Muitos dos temas a que são dedicadas as várias emissões do programa refletem questões e problemas regionais com importância e, muitas vezes, influência na vida das comunidades. As taxas de desemprego nas várias regiões do país; o reflexo dos problemas de erosão nas praias e os avanços do mar nos concelhos do litoral português; como vivem os idosos e que apoios têm; a crise no sector da agricultura; o problema do (des)emprego de pessoas portadoras de deficiência; a influência da crise nas autarquias; a economia dos concelhos fronteiriços; a falta de verbas para alimentação de crianças em escolas públicas; a vida dos imigrantes em Portugal; o reflexo das portagens nas SCUT na vida dos cidadãos e a importância dos polos universitários no interior do país são alguns dos temas que o *Portugal Português* colocou em destaque ao longo das suas emissões. Estes temas refletem os problemas das comunidades localizadas e, por isso mesmo, contém informações que podem ser consideradas úteis para o cidadão enquanto membro incluído nessa comunidade.

Partindo de alguns exemplos, podemos defender que os cidadãos que vão estar obrigados ao pagamento de portagens nas antigas SCUT têm interesse em informações relativas aos reais custos a que ficaram sujeitos, quais as vias alternativas para circular e quais os direitos de isenção para os concelhos limítrofes; assim como é do interesse da população mais envelhecida conhecer os apoios a que têm direito e que estão disponíveis nas regiões onde residem, quais são as iniciativas, levadas a cabo pelos órgãos governamentais, em prol do bem-estar na terceira idade e quais as instituições prontas a dar apoio; e como também são relevantes, para os agricultores, informações sobre as ajudas governamentais disponíveis em casos extremos como a perda das colheitas, por exemplo.

Com estes exemplos pretendemos refletir a importância dos temas abordados pelo Portugal Português para os cidadãos, enquanto membros de uma comunidade ou cidadãos abrangidos e afetados por uma qualquer problemática. O Portugal Português pretende, em muitos dos temas que aborda, munir os cidadãos de informações pertinentes que sejam úteis na resolução dos seus problemas.

E, segundo esta perspetiva, entramos desde já num dos pontos defendidos pelo jornalismo cívico. O movimento propõe uma permuta na sobreposição do «interessante» relativamente ao «importante», isto é valorizar os temas e conteúdos que esclareçam o cidadão em relação aos problemas comunitários, legando-lhes informações que os ajudem a resolver os problemas comunitários.

Se no jornalismo tradicional as escolhas dos editores tendem a refletir os objetivos comerciais, no jornalismo cívico existe a preocupação efetiva em ir ao encontro dos problemas que realmente preocupam os cidadãos e que bloqueiam a vida cívica. Ou seja, “o jornalismo público difere do modelo dominante do jornalismo por se concentrar nos problemas das pessoas comuns, nas suas preferências quanto aos assuntos, e no fornecimento da informação que é de importância prática para aqueles que estão interessados em envolver-se ativamente no processo político” (Eksterowicz, Roberts, Clark, *in* Mesquita e Traquina, 2003, p. 98, 99).

Carlos Camponéz refere que se trata “de uma deslocação de um ponto de vista centrado na notícia enquanto produto e enquanto consumível, para uma visão mais preocupada com o cidadão, com a “saúde cívica”, com a democracia” (2002, p. 125).

No entanto, ainda que o Portugal Português e o jornalismo cívico mantenham uma proximidade relativa nos assuntos que são jornalisticamente tratados, ambos tomam rumos diferentes quando refletimos sobre quem define a agenda.

3.2. A agenda

No âmbito do jornalismo cívico já não são os jornalistas e editores a definir os conteúdos das notícias e das reportagens. Cabe, pelo contrário, aos jornalistas perceber, junto dos cidadãos, quais são os temas de efetiva importância para a cidadania e quais as questões e dúvidas que os cidadãos gostariam de ver resolvidas a respeito da vida pública comum. “Quais os temas a serem discutidos na campanha eleitoral que interessam aos leitores e não às estratégias eleitorais dos políticos? Como é que os cidadãos vivem nos seus bairros, nas suas localidades, como se organizam, o que pensam?” (*idem, ibidem*, p. 125) são apenas algumas das questões que se tornam o objeto central neste «novo jornalismo». A inventariação dos temas que os cidadãos

gostariam de ver, jornalisticamente, abordados dá origem a uma das principais ideias defendidas pelo jornalismo cívico: a existência da agenda do cidadão.

A agenda do cidadão é organizada a partir de uma “auscultação da opinião pública” (*idem, ibidem*, p. 126) que não é mais do que sondagens de opinião, inquéritos, entrevistas, painéis do cidadão, fóruns, grupos de discussão, entre outros métodos que os jornalistas usam para ir ao encontro das comunidades e dos seus problemas políticos. São estes métodos de «auscultação pública» que vão mostrar aos jornalistas quais são temas e questões que devem ser enquadrados na discussão jornalística e que têm influência direta na vida das comunidades.

Relativamente ao Portugal Português, apesar da inexistência real de uma agenda do cidadão que determine as preocupações substanciais das populações, a editora Paula Magalhães explica que, por várias vezes, “o programa expôs temas que nos foram sugeridos por cidadãos. Recordo-me do programa que foi dedicado às ajudas, ou à falta delas, a pessoas que se querem dedicar a um negócio próprio. Este tema foi proposto por um jovem, (que nos enviou um *e-mail* para o programa e com quem acabámos por fazer uma reportagem para essa emissão), que quando decidiu abrir um negócio próprio no ramo da agro-indústria deparou-se com a falta de apoios e ajudas para jovens empresários que pretendem vingar neste meio. O tema era atual e de relevo e decidimos convidar o Ministro da Agricultura e Pescas e o Presidente da Associação dos jovens Agricultores para debater e aprofundar este assunto”.

Contudo, ainda que a linha de temas abordados pelo Portugal Português seja algo próxima dos temas que o jornalismo cívico insiste tratar, é importante refletir no acento tónico que o jornalismo cívico coloca na existência de uma agenda do cidadão, onde são enumerados os assuntos que o cidadão sente como sendo prioritários no tratamento jornalístico. E, embora na maioria das emissões do Portugal Português a editora, e também apresentadora, faça o convite a todos os telespectadores para exporem as suas sugestões e propostas para futuros temas, disponibilizando o endereço de correio eletrónico existente para o efeito, a verdade é que o programa não dispõe, efetivamente, de uma agenda do cidadão¹².

A este respeito, Arthur Charity defende que, no jornalismo, para fazer uma abordagem sobre os reais problemas que afetam a comunidade e ajudar as pessoas a

¹² Mais recentemente foi criada uma página *on-line* do Portugal Português numa rede social, onde os telespectadores podem deixar comentários e fazer propostas. No entanto é algo substancialmente distante da ideia de agenda do cidadão que o jornalismo cívico propõe.

resolver os problemas, “deveria sair da boca dessas pessoas as perguntas para as quais o jornal deve procurar respostas, e não da mente dos seus repórteres” (in Lima, 2009, p. 8).

Desta forma coloca-se, inevitavelmente, outra questão: o Portugal Português reflete, muitas vezes, problemas de interesse para os cidadãos, mas até que ponto é possível afirmar que são essas as questões que os cidadãos defendem como sendo as mais importantes ou as que mais afetam a vida cívica e as comunidades onde estão inseridos? É possível ao Portugal Português tratar de assuntos, em profundidade, relativos à vida dos cidadãos sem «conhecer» esses cidadãos, sem alimentar a conversa e a conexão com esses cidadãos e sem perceber, junto deles, quais são as verdadeiras questões que o preocupam?

Ainda que exista, no Portugal Português, o cuidado de pensar os temas sob a perspectiva do cidadão, tentando refletir sobre as questões que mais diretamente lhe dizem respeito, promovendo o espírito crítico da comunidade e respondendo às principais dúvidas que a afetam, a verdade é que o jornalismo cívico e o Portugal Português rumam em sentidos opostos quando nos referimos à proximidade real entre jornalistas e cidadãos e à existência de uma agenda do cidadão (pois são dois fatores que estão diretamente relacionados: para definir a agenda do cidadão é necessário alimentar a relação dos jornalistas com os cidadãos).

3.3. A profundidade

A editora do programa sublinha que “é preocupação do Portugal Português chegar à essência dos temas: [por exemplo] conhecer os porquês do despovoamento do interior e quais são as consequências na vida das pessoas, quer das que saem quer das que ficam. É por isso que o Portugal Português se dedica a um único tema em cada emissão”. Esta ideia é comum com outro dos princípios do jornalismo cívico: a questão da «profundidade».

Mário Mesquita escreve que “o jornalismo cívico propõe-se substituir a natureza fragmentária das práticas tradicionais por uma nova atitude baseada numa maior atenção concedida a cada tema. Em vez de saltar de acontecimento em acontecimento, seria desejável aprofundar as matérias relevantes de modo a focar nelas a atenção da comunidade” acrescentando que “o jornalismo não deveria limitar-se a olhar a superfície, mas aprofundar as questões e identificar as causas dos problemas comunitários” (2003, p. 19).

À luz desta ideia, e num primeiro olhar sobre o Portugal Português, podemos afirmar que o programa, à semelhança do jornalismo cívico, também propõe uma análise de fundo nos temas que aborda. Cada emissão do Portugal Português tem, como já referimos anteriormente, a duração de 50 minutos que são constituídos por períodos alternados entre o debate e as reportagens ou peças jornalísticas.

Tomámos, para reflexão, a emissão do Portugal Português dedicada à análise da forma como vivem os idosos em Portugal, dos apoios e ajudas a que têm direito e das iniciativas que têm vindo a ser promovidas em prol do bem-estar na terceira idade¹³. Durante esta emissão, que a editora classificou como “um abanar de consciências”, o Portugal Português promoveu a atitude de alerta da comunidade local perante a população mais envelhecida, no sentido dar apoio a quem está sozinho. Além disso, foram debatidas, com as duas representantes autárquicas¹⁴, várias medidas de apoio e dados a conhecer alguns dos projetos, levados a cabo quer a nível local quer a nível nacional, que tentam promover a melhoria da vida das pessoas idosas.

Neste sentido, a reportagem de enquadramento destacou informações gerais sobre os idosos em Portugal: como vivem, quanto ganham de reforma e qual é a percentagem populacional com mais de 65 anos. Foram também incluídas, ao longo da emissão, outras cinco reportagens que abordaram as iniciativas e propostas que visam combater a exclusão social dos idosos. Desta forma, os cidadãos de Alfândega da Fé ficaram a conhecer um novo projeto que pretende ligar os jovens à terceira idade, onde cada jovem “adota” um avô ou uma avó e onde a solidão é combatida através de passeios e atividades em conjunto; os cidadãos de Paredes tiveram conhecimento do novo projeto de teleassistência onde, em qualquer momento, o idoso pode falar com um «teleassistente» tanto em casos de emergência ou simplesmente para conversar bastando, para isso, premir um botão do «telecomunicador»; os cidadãos de Lisboa sabem agora que existem várias equipas de agentes da PSP que fazem visitas, dão apoio e promovem o acompanhamento de idosos em vários bairros lisboetas; assim como existe uma ação levada a cabo pela GNR que promove visitas de agentes a casas isoladas em várias regiões do país; e ainda foi dada a conhecer uma quinta, no concelho de Sintra, que não é mais do que um lar onde os idosos podem viver em casas

¹³ Este tema foi sugerido pela editora após terem surgido as notícias de vários casos de os idosos encontrados sem vida, algum tempo depois de terem morrido.

¹⁴ As autarquias convidadas foram Alfândega da Fé e Paredes, que estiveram representadas pelas respectivas Presidentes de Câmara.

individuais e ter uma vida independente como a que teriam se estivessem nas suas próprias casas.

Todos estes temas são de interesse para os cidadãos tentando propor uma melhoria de vida na comunidade dando conta de projetos onde os cidadãos podem ser incluídos, neste caso específico direcionado para cidadãos idosos. Além disso, estas informações são também possíveis sugestões que outras autarquias podem adotar. A editora do Portugal Português acredita “que todos os programas dão uma ajuda quer aos cidadãos, quer aos autarcas para que se cruzem informações, para que se debatam e promovam ideias e soluções para os problemas de carácter local. Isso é saudável e realmente importante”.

No entanto, a dinâmica do Portugal Português propõe um planeamento que não inclui um acompanhamento contínuo na resolução efetiva das problemáticas sugeridas pelos temas que foram abordados ao longo das emissões do programa. Por outras palavras, a cada tema é dedicada uma única emissão do Portugal Português, não fazendo, portanto, parte das estratégias de produção prosseguir com um mesmo tema que já tenha sido abordado numa qualquer emissão anterior. O Portugal Português não procura analisar os efeitos que a abordagem desse tema possa ter tido sobre as comunidades ou populações locais envolvidas.

Nesta medida, o Portugal Português assume uma posição própria que não vai tão fundo quanto nos sugere o jornalismo cívico, ao defender que determinada problemática deverá ser tratada até que deixe de interferir com o bem-estar da vida cívica, nem adota a posição do jornalismo tradicional que, por vezes, tende a tratar “os assuntos com superficialidade e raramente promove o debate continuado” (Camponez, 2002, p. 123)¹⁵.

3.4. O jornalista

“O lugar dos jornalistas é, na abordagem do
jornalismo cívico, entre os cidadãos”

*In Carlos Camponez, *Jornalismo de Proximidade**

Tal como temos vindo a refletir até agora, o jornalismo cívico propõe algumas mudanças no campo jornalístico e a posição do jornalista face aos problemas comunitários não é exceção. Se no jornalismo tradicional o jornalista atua como

¹⁵ O autor refere-se, no contexto original, ao jornalismo de imprensa o qual é o foque central no livro *Jornalismo de Proximidade*.

testemunha que «apenas» relata os factos sem interferir neles, já no jornalismo cívico ele está comprometido com os cidadãos e tem uma responsabilidade social que ultrapassa o nível de mero “observador situado num palco de onde olha a sociedade e, particularmente, a política segundo a tradicional conceção do jornalismo «*watchdog*»” (Camponez, 2002, p. 125) para passar a assumir um papel ativo e participativo na cidadania. A este respeito, o autor Marc-François Bernier refere que “é necessário que os jornalistas reconheçam que são atores sociais, tendo responsabilidades quanto ao decurso da própria «vida pública»” (*in idem, ibidem*, p. 127).

Estas novas responsabilidades do jornalista cívico prendem-se com a ideia de que o jornalismo tem uma função social e o jornalista, inevitavelmente, o papel de agente social. Bernard Delforce (*in idem, ibidem*, p. 128) defende que estas práticas estão ligadas à corrente do construtivismo onde “a realidade social e, portanto, a informação, são concebidas como sendo inevitavelmente o resultado de «construções» e não simples dados observáveis” pressupondo-se que o jornalismo adote “uma postura de cidadania”. Camponez explica que “o jornalismo, nesta perspetiva, participa nesse papel de construção da realidade: tornando visível, tornando legível e participando na construção dos discursos sociais disponíveis necessários ao funcionamento social” (*ibidem*, p.128).

Em consonância com os autores anteriores, Merritt defende a ideia de que o jornalista é um “participante justo” (*in* Traquina, 2003, p. 13) comprometido com a «saúde da vida pública», cabendo-lhe as tarefas não só de informar, formar e envolver os cidadãos nos assuntos da vida pública, como também apresentar possíveis soluções para os problemas comunitários.

No entanto, o papel do jornalista participativo nos assuntos da comunidade não lhe garante o poder de tomar as decisões comunitárias nem sequer tomar qualquer posição facciosa. Trata-se de um «participante justo» “sem qualquer interesse partidário no resultado específico, para além de que seja alcançado através de um processo democrático” (Merritt, *in* Borges, 2009, p. 97).

Como já retratamos no ponto 2.5, esta quebra com o jornalista enquanto observador desprendido, para encarar um jornalista ativo e participante tem sido largamente contestada por vários autores.

O jornalista, enquanto observador desprendido, permite-lhe relatar os factos sem que tenha qualquer influência sobre eles. Relata-os a partir do que observa. Já o jornalista participativo, proposto pelo jornalismo cívico, assume um papel ativo na

cidadania: atua como um agente mediador, tendo como principal função despertar as consciências para os assuntos públicos e estimular o debate participativo e deliberativo entre os cidadãos.

O jornalista do Portugal Português não planeia qualquer aproximação com os cidadãos, nem destes com a vida pública. As condutas são bem mais próximas às dos jornalistas tradicionais¹⁶, onde lhes cabe a tarefa de testemunhar e reportar os fatos, sem participar ativamente nos temas nem trabalhar, a par com os cidadãos, na construção da cidadania. E, ainda que o jornalista do Portugal Português não mantenha uma proximidade efetiva com os cidadãos, o programa incita a abordagem das problemáticas sob o ponto de vista das implicações que determinado assunto tem para a comunidade, procurando respostas e soluções para muitas das questões que coloca.

O Portugal Português atua, neste ponto, na mesma perspetiva do jornalismo tradicional: procura apenas alguns dos cidadãos afetados por determinado problema – podemos mesmo escrever que investiga uma amostra de cidadãos que se incluem numa problemática – e «usa-os» como exemplares afetados por determinado assunto, na construção da reportagem. É através desta amostra populacional que o jornalista conta a história que é partilhada por todos os cidadãos em condições semelhantes, na comunidade.

Se o jornalismo cívico se veicula por alimentar uma proximidade continua com os cidadãos, o Portugal Português atua sob a perspetiva do observador desprendido que procura os acontecimentos com o intuito de os relatar, sem que para isso tenha de nutrir qualquer contacto continuado com grupos de cidadãos.

Um dos exemplos desta ligação entre jornalista e cidadão está refletido na reportagem sobre o Centro de Emprego Protegido de Mira-Sintra¹⁷. Esta reportagem foi incluída na emissão do Portugal Português dedicado ao problema do (des)emprego e a importância dos Centros de Emprego Protegido¹⁸ (CEP) na integração no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiência. A reportagem focou essencialmente os cidadãos enquanto trabalhadores inseridos numa atividade laboral, pretendeu destacar a consequências dos cortes nos apoios aos CEP e deu voz e rosto a vários cidadãos portadores de deficiência.

¹⁶ Muitos dos jornalistas que constroem peças e reportagens para o Portugal Português são os mesmos que constroem as peças jornalísticas para os restantes noticiários da estação televisiva.

¹⁷ Esta reportagem foi um dos meus trabalhos realizados durante o estágio na TVI.

¹⁸ Os Centros de Emprego Protegido são entidades que actuam no sentido de proporcionar actividade laboral e futuro enquadramento no mercado de trabalho comum a pessoas portadoras de deficiência.

À luz do que referido anteriormente, podemos afirmar que o jornalista vai ao encontro do cidadão (representativo de todos os cidadãos em condições semelhantes), procura conhecer a sua história e a sua perspetiva do problema, constrói a reportagem dando voz¹⁹ ao cidadão. Estas práticas são idênticas às do jornalismo tradicional: uma vez abordada a problemática, a relação entre jornalista e cidadão extingue-se. O jornalista parte para outro tema e procura novas histórias. Trata-se, por isso, de uma aproximação momentânea, cujo objetivo é contar a história dando ênfase à perspetiva daqueles cidadãos-exemplo, tomando como «quase-certo» que todos os outros cidadãos afetados partilham do mesmo sentimento.

Rosen, defendendo as teses do jornalismo cívico, sublinha que no “enquadramento de reportagens devem ser apoiados certos valores: os valores da conversação, participação, diálogo deliberado, solução de problemas públicos; os valores da inclusão, da responsabilidade individual, da complementaridade e da cooperação de ações; os valores de cuidar da comunidade, assumir a direcção futura; ultrapassar a inércia da automatização; e, finalmente, os valores da esperança, entendidos como recursos renováveis”. Por outras palavras “a filosofia da reportagem pública teima na participação, conversação, toma de responsabilidades e solução de problemas de forma cooperativa” (1997, p. 3, 4)²⁰.

No Portugal Português não existe qualquer contacto efetivo entre cidadãos e jornalistas que promova o interesse dos cidadãos nas questões da vida pública, nem o acompanhamento permanente na resolução dos problemas comunitários. No entanto, ainda que as condutas do programa, no que diz respeito ao «trabalho de campo», não integrem os ideais propostos pelo jornalismo cívico, o Portugal Português não deixa de intentar cumprir os objetivos a que se propõe, de informar e habilitar os cidadãos no sentido de lhes dar conhecimentos úteis que os ajudam a lidar e a resolver os problemas comunitários.

Como já aqui assinalámos, a ideia do jornalista participante não é consensual e, como tal, também não nos afigura eficaz a sua aplicação ao Portugal Português. Consideramos, porém, que o programa deveria absorver um dos conceitos que o

¹⁹ A questão de dar voz aos cidadãos, na forma como é feita no jornalismo tradicional, poderia ser objeto de discussão uma vez que pode ser considerado um ato ilusório porque todo o material bruto que é recolhido para construir uma reportagem passa por um processo de seleção no qual estão implícitas outras questões, como, por exemplo, o espaço definido pelo alinhamento. Deixamos apenas esta nota já que esta questão não faz parte da reflexão que aqui propomos.

²⁰ Citação retirada e traduzida do texto *Re-enmarcar el reportaje publico* do livro original em Inglês *Public journalism theory and practice: Lessons from experience*

jornalismo cívico propõe: o acompanhamento no desenrolar das questões que são tratadas. Ainda que os critérios editoriais do Portugal Português forcem a que, semanalmente, se percorram diferentes regiões e temas, parece-nos que os jornalistas que trabalham para o Portugal Português poderiam manter contactos próximos com os cidadãos, ou com grupos de cidadãos representativos do interesse local, com a finalidade de conhecer os efeitos que a abordagem pública do tema teve na vida da comunidade.

3.5. O cidadão, o debate e a deliberação públicas

Em 1987, James Carey escreveu que “o termo sagrado do jornalismo – sem o qual tudo o que faz perde sentido – é o público. O jornalismo encontra a sua fundamentação no público. Os cânones do jornalismo nascem e desenvolvem-se na relação dos *media* noticiosos com o público” (*in* Traquina e Mesquita, 2003, p. 40).

No entanto, esta relação entre os cidadãos e o jornalismo, ao longo dos anos, foi sendo substituída pela relação entre o jornalismo e as audiências, onde os objetivos eram, sobretudo, comerciais. Nesta perspetiva, os cidadãos deixaram de ser reconhecidos como tal e passaram a ser sobretudo consumidores de jornalismo enquanto produto de lazer (Traquina, *in* Personi, 2005, p. 62). Voltamos, aqui, à ideia que já referimos anteriormente, das *hard news* a perderem lugar para as *soft news*. Sobre isto Thomas E. Patterson refere que “o crescimento das notícias leves (*soft news*) está registado em estudos de marketing e em estatísticas sobre as audiências, que indicam que as notícias baseadas em entretenimento podem atrair e reter audiências”, no entanto “os efeitos de curto prazo e longo prazo das notícias leves podem ser bem diferentes. De facto, o sensacionalismo atrai a atenção das pessoas no primeiro instante mas um sensacionalismo interminável pode, por fim, aborrecê-las” (2003, p. 25, 26).

Esta questão, no entanto, vai mais longe que o “aborrecimento” a que Patterson se refere. O centro da questão está presente na quebra de confiança das pessoas nas notícias. As constantes notícias voltadas para os crimes que se pautam pela capacidade de chocar ou de entreter, levou muitos cidadãos a perderem o interesse nos *media*, o que se traduz em quebras nas tiragens e nas audiências. Este foi um dos passos que levou alguns autores a pensar o jornalismo de uma maneira diferente que se preocupa, sobretudo, em recuperar nos cidadãos o interesse pela vida pública. Cidadãos interessados em assuntos públicos são cidadãos interessados no jornalismo. James Carey defende que “o jornalismo e a democracia partilham o mesmo destino (*in idem*,

ibidem, p. 34) e, continuando a ideia de Carey, Patterson acrescenta que “o interesse nas notícias e o interesse na política estão intimamente ligados. Uma menor atenção dada às notícias coincide com um menor interesse concedido à política. As notícias são uma janela para o mundo das questões públicas. Sem o interesse por este mundo, há poucas razões para acompanhar as notícias. E as pessoas que não têm grande interesse em política não consomem, de facto, muitas notícias,” (*ibidem*, p. 34).

Neste sentido, o jornalismo cívico tem a principal preocupação nos cidadãos. O jornalismo cívico trabalha para os cidadãos e com os cidadãos na construção de uma vida pública saudável. Na prática, tudo isto se traduz, em primeiro lugar, em deixar de olhar para os cidadãos como simples consumidores, mas antes como potenciais atores da vida pública (Merritt, *in* Pessoni, p. 62).

Para Jay Rosen, “posicionar as pessoas como cidadãos significa tratá-las como únicos contribuintes para a vida pública; potenciais participantes nos assuntos públicos; elementos (da comunidade) com um interesse pessoal; cidadãos do Estado com interesses comuns; um corpo deliberativo; pessoas que escolhem e tomam decisões; pessoas que aprendem e com habilidades para desenvolverem; pessoas conectadas e responsáveis por um lugar” (1997, p. 5). Assim, segundo o jornalismo cívico, é necessário, por isso, motivar os cidadãos com esse desejo de intervenção nos assuntos comunitários. E isto só pode ser conseguido através da efetiva aproximação entre jornalistas cívicos e cidadãos. Arthur Charity refere que “se um jornal pretende publicar histórias sobre cidadãos, tem que repensar cuidadosamente a forma de incentivar as pessoas a falar como cidadãos e a ouvir a cidadania no que dizem” (*in* Lima, 2009, p. 5).

Neste sentido, Tanni Haas defende que o jornalismo cívico está, essencialmente, focado para práticas que visam determinar as principais preocupações dos cidadãos, tratar jornalisticamente essas preocupações, sendo o principal ângulo de abordagem o dos cidadãos, para além de informar, instruir e incentivar os cidadãos a tornarem-se participativos e deliberativos nos problemas comunitários (*in* Borges, 2006, p. 99).

Relativamente ao Portugal Português a editora acredita “que o programa aproxima os cidadãos dos assuntos políticos. Parte do enquadramento, das reportagens e do debate levar os convidados a falar da realidade, dos problemas, das soluções e da vivência do poder local. Procuramos sempre que o debate se centre em questões importantes para os cidadãos e para a vida na comunidade local. Sinto que os autarcas assumem mais rapidamente os erros e as sugestões que os responsáveis do poder

central”. Neste sentido, e apesar de já ter-mos verificado anteriormente que o Portugal Português não nutre qualquer relação continua com os cidadãos, o programa procura tratar as problemáticas locais, conhecidas previamente, colocando os conteúdos informativos em reportagens e abordando esses conteúdos em debates.

O debate pretende esclarecer os cidadãos acerca de determinada problemática, confrontando o poder político local com as dificuldades sentidas pelos munícipes. E neste sentido existe, novamente, um ponto de intersecção entre o Portugal Português e o jornalismo cívico praticado pelo *Charlotte Observer* e o *Wichita Eagle*. Ambos propõem confrontar os representantes políticos com questões de relevo e que se refletem na vida direta das pessoas.

A propósito do jornalismo cívico Merritt escreve que “numa sociedade de indivíduos dispersos e abarrotados com informação descontextualizada, uma vida pública efetiva precisa de ter informação relevante que é partilhada por todos e um lugar para discutir as suas implicações” (*in* Traquina, 2003, p.12). Esta discussão de que nos fala Merritt é uma discussão pública participada por cidadãos conscienciosos da vida comunitária. O debate público permite que os cidadãos conferenciem sobre os problemas da vida pública e usufruam de informação pertinente e contextualizada para deliberar, com conhecimentos de causa, em prol de uma comunidade sã.

No programa da TVI24, como já vimos, não existe qualquer promoção do debate público nem faz parte das tarefas do jornalista desenvolver a motivação dos cidadãos por assuntos cívicos. No entanto, o Portugal Português reflete a preocupação de dar oportunidade aos munícipes de colocarem as suas questões, dúvidas ou deixar sugestões aos representantes autárquicos. Para o efeito existe a rubrica *A Voz do Cidadão* onde os *voxxop*, feitos pelo jornalista junto dos cidadãos, são emitidos e cada representante político terá de responder às questões que os munícipes lhe colocaram.

3.6. O Feedback

Por fim, este último tópico pretende ir ao encontro de outra das ideias defendidas pelo jornalismo cívico: o *feedback*. As técnicas de auscultação do público que são utilizadas para detetar os problemas que impedem a vida pública saudável e, nesse sentido, criar a agenda do cidadão têm “outro efeito importante no jornalismo cívico: elas podem ser utilizadas para o desenvolvimento de consultas regulares entre os *media* e os cidadãos, nomeadamente para o reforço de um *feedback* que se pretende permanente. E esse *feedback* vai desde a abertura de espaços destinados à audição dos

públicos sobre os mais variados temas, até á discussão de projetos editoriais dos próprios *media*” (Camponez, 2002, p. 126).

Uma vez que no Portugal Português não existem técnicas de auscultação do público, também não existe o propósito de procurar o *feedback* dos cidadãos acerca do trabalho jornalístico que se tem vindo a desenvolver. Ainda assim, considero importante abordar uma questão que vai ao encontro desta ideia acerca do *feedback*.

Atualmente, com a difusão das redes sociais, é muito comum que sejam criadas contas de páginas *on-line* associadas aos órgãos de comunicação social ou a programas dos *media* e o Portugal Português não é exceção. Assim, através da rede social é possível não só promover e publicitar os temas das várias emissões, como também comunicar com os cidadãos. E esta comunicação pode ser considerada uma mais-valia para o Portugal Português uma vez que era praticamente inexistente até agora.

Neste sentido, é possível ao Portugal Português receber comentários que incentivem e orientem certos temas de debate (e este ponto é importante uma vez que a sugestão surge por parte dos cidadãos) e poderá auxiliar no sentido de conhecer *feedback* em relação às emissões: quais são as reações das pessoas aos temas apresentados e à forma como foi conduzido o debate. Poderão surgir sugestões e estímulos e, através do conhecimento da forma como os cidadãos olham para o Portugal Português, poderá ser feita uma melhoria na condução da linha que orienta o programa. É necessário que o Portugal Português aproveite os potenciais das redes sociais e os utilize a favor de um programa, essencialmente, mais focado no cidadão.

Conclusão

Os ideais propostos pelo jornalismo cívico motivam, em primeiro lugar, a ascensão a uma vida pública saudável. É em torno das questões comunitárias que a ação jornalística se desenvolve, sendo que todos os esforços são reunidos para compreender, tratar e solucionar os problemas comunitários que se refletem na vida das pessoas.

Relativamente à nossa reflexão, consideramos que o Portugal Português e o movimento de jornalismo cívico possuem pontos comuns. Desta forma, podemos reter, que ambos trabalham no âmbito do jornalismo de proximidade – jornalismo próximo do cidadão. O jornalismo cívico foi, inicialmente, levado a cabo pelos *media* regionais dos EUA, que abordaram as principais problemáticas das comunidades locais refletindo questões de interesse público. Também o Portugal Português, embora seja emitido a

nível nacional, num canal por cabo, dedica as diversas emissões a temas e questões referentes a várias regiões do país.

Além disso, o Portugal Português inclui a preocupação de abordar temas do interesse das minorias, como são exemplos disso, os idosos, os deficientes e os emigrantes. Estes nichos populacionais sentem necessidade de serem incluídos enquanto membros da comunidade e, assim, verem os seus interesses defendidos. E é nesse sentido que o Portugal Português atua, promovendo uma abordagem sobre os problemas locais e/ ou das minorias.

Na emissão do Portugal Português dedicada às principais dificuldades sentidas pelas pessoas portadoras de deficiência, foram realizadas várias reportagens que deram conta dos principais entraves sentidos por pessoas com deficiências motoras quando circulam na via pública, quer seja pela falta de rampas para cadeiras de rodas, ou pela existência de passeios demasiado estreitos, assim como dificuldades em aceder aos multibancos e às cabines telefónicas, em várias regiões do país.

Desta forma, outro dos pontos conclusivos da nossa reflexão indica que tanto o jornalismo cívico como o Portugal Português atuam, pelo carácter dos temas que abordam, com base na premissa que impõe uma sobreposição do «importante» relativamente ao «interessante». Por outras palavras, ambos propõem uma abordagem de temas que têm reflexo na vida das pessoas, que as informem sobre questões de interesse e as ajudem na resolução dos problemas comunitários. Vamos, assim, ao encontro da determinante relevância das *hard news* sobre a *soft news*, estas últimas bastante comuns nos noticiários tradicionais.

A partir da reflexão que fizemos podemos concluir, ainda, que tanto o jornalismo cívico como o Portugal Português encontram um outro ponto de cruzamento no momento em que ambos sustentam a importância de abordar os temas em profundidade. No jornalismo tradicional, os vários temas que são apresentados carecem, por vezes, de uma análise de fundo. Pelo contrário, o Portugal Português, (tal como o jornalismo cívico), trata os assuntos em profundidade. O programa dedica cada emissão a uma única temática, abordada a partir de várias reportagens, que dão conta das histórias-exemplo e/ ou das várias perspetivas dos cidadãos e, posteriormente, complementada com uma discussão entre intervenientes com ligação próxima ao tema.

Em muitos casos, os intervenientes que participam no debate do Portugal Português são representantes do poder político local, o que ocasiona que sejam confrontados com as questões ou problemas locais sentidos pelas respetivas

comunidades que representam. Este é também outro dos princípios defendidos pelo jornalismo cívico. O programa reflete a necessidade de confrontar o poder político com os principais problemas sentidos pelos cidadãos, de modo a obter repostas e atitudes que vão ao encontro de soluções para esses mesmos problemas.

No entanto, o jornalismo cívico sugere ir mais longe do que a simples abordagem profunda. O jornalismo cívico propõe um acompanhamento continuado sobre determinado tema, seguindo de perto a sua evolução e os efeitos que a abordagem pública teve na resolução do tema. Por outras palavras, o jornalismo cívico promove o tratamento contínuo de determinado assunto até que este deixe de representar um entrave à vida pública feliz.

Como já referimos no ponto 3.4, consideramos que seria útil ao Portugal Português absorver parte deste conceito do jornalismo cívico, na medida em que propõe manter ligações próximas e continuadas com cidadãos a fim de perceber os efeitos, os resultados e o evoluir dos temas que são tratados pelo Portugal Português.

Por outro lado, esta proximidade com os cidadãos seria também pertinente para obter um *feedback* real acerca da forma como os temas estão a ser jornalisticamente tratados. A opinião crítica construtiva seria uma ferramenta útil para melhorar o tratamento jornalístico e tornar as informações mais perceptíveis para os cidadãos. Ao longo do ponto 3.6 abordamos a importância da obtenção de um *feedback* a partir das redes sociais. E, de facto, é importante aproveitar o potencial que a *Internet* oferece nesse sentido. No entanto, em muitos casos, os principais destinatários da mensagem jornalística não têm acesso à *Internet* ou às redes sociais, pelo que seria importante obter junto dos cidadãos, envolvidos por determinada problemática local, o *feedback* acerca de como foi conduzido o programa no tratamento daquele assunto específico.

Um dos pontos a que o jornalismo cívico confere grande importância prende-se com a existência de uma agenda do cidadão. Também a agenda do cidadão implica uma relação próxima entre o jornalista e os cidadãos, onde o primeiro vai ao encontro dos principais assuntos e problemas que causam entrave ao exercício da cidadania e a uma vida pública saudável. É a partir da relação estabelecida entre jornalistas e cidadãos que vai ser possível conhecer a ordem de assuntos que os cidadãos referenciam como sendo prioritários. Daí a designação de «agenda do cidadão», pois é o cidadão que a dita.

Neste sentido, ainda que a linha de temas abordados no Portugal Português e no jornalismo cívico seja próxima, o Portugal Português não procura a opinião dos cidadãos na definição dos temas que merecem abordagem no programa. Normalmente,

a decisão acerca das temáticas que merecem tratamento nas várias emissões do programa é da editora Paula Magalhães.

Por várias vezes, o Portugal Português incluiu emissões cujos temas desenvolvidos foram sugeridos por cidadãos, através do *e-mail* do programa. No entanto, não deixam de ser considerados casos pontuais. Consideramos, desta forma, que seria uma mais-valia para o Portugal Português criar uma agenda do cidadão, que tornasse explícito quais os temas que os cidadãos consideram mais importantes e merecedores de tratamento jornalístico. Retomando a questão relativa ao uso de redes sociais, podemos defender que são uma forma de abrir portas ao Portugal Português para um contacto mais próximo e efetivo com alguns cidadãos, que anteriormente era praticamente inexistente. Ainda assim, a questão anterior mantém-se: as redes sociais não chegam a todas as pessoas nem, tão-pouco, à maior parte das pessoas.

Relativamente ao movimento de jornalismo cívico, como vimos no ponto 2.5, existem vários autores que apontam para algumas fragilidades presentes nas práticas que definem este movimento. Uma dessas práticas prende-se com o papel que é atribuído ao jornalista.

No ponto 3.4, refletimos sobre o papel que o jornalista cívico adota: no fundo ele atua como um agente social que, embora se defina de apartidário, é participativo. Esta participação inclui uma proximidade efetiva com os cidadãos, não só para conhecer os problemas que os afetam como membros da comunidade, como também para os motivar a envolverem-se ativamente nos assuntos da vida pública.

No entanto, impõe-se uma questão de fundo à qual não podemos fugir: até que ponto os meios de comunicação conseguem sustentar um jornalismo que se apoie nestes moldes? De ondem devem vir os apoios financeiros capazes de sustentar o jornalismo cívico?

Ao longo de um trabalho de investigação o autor, jornalista e também orientador deste relatório, Pedro Coelho estudou a relação entre o espaço público no plano regional e local e os meios de comunicação regionais, tentando compreender até que ponto os órgãos de comunicação social trabalham no sentido de (re)construir e desenvolver a comunidade local. Desse estudo concluiu que “a ideia de um “local” romântico, um local puro, pilar da democracia e lugar de refundação do próprio espaço público não tem concretização prática e os meios de comunicação social que existem nessas comunidades de proximidade contribuem essencialmente, pela forma como orientam a sua ação, para acentuar as fragilidades do local” (2007, p. 319, 320).

O autor do estudo salienta que as elites locais promovem uma estratégia que visa manter o estado atual das coisas, tentando impor um “consenso” – um “falso consenso” uma vez que não advém da deliberação pública – na comunidade. “Essa imposição, ao mesmo tempo que contribui para a manutenção do estado das coisas e, conseqüentemente, para a eternização das elites no poder, silencia o conflito e as opiniões marginais de todos os que não se revêem na alegada opinião dominante. Os meios de comunicação social locais e regionais são cúmplices desta estratégia das elites, veiculando a opinião dominante, silenciando o conflito, impedindo a participação, controlando as discussões públicas na medida em que apenas convidam para o debate, quando o convocam, os que não se opõem às elites” (*idem, ibidem*, p. 320).

O mesmo estudo explica que esta situação deve-se, sobretudo, à dependência que os órgãos de comunicação social regionais mantêm com as elites locais. Deparamo-nos, assim, com aquilo a que Pedro Coelho designa de “proximidade demasiado próxima”. Os órgãos de comunicação social são, na sua maioria, financeiramente débeis e possuem políticas editoriais regidas por critérios económicos, muitas vezes disponibilizados pelas elites locais, que garantem a sobrevivência desses *media*. Assim, “mesmo que o jornalista queira libertar-se deste falso consenso, o conflito não serve aos proprietários destes meios de comunicação social e os profissionais, em nome da manutenção do posto de trabalho, acomodam-se, conformam-se. Tornam-se, nestes casos, muitas vezes reféns de uma proximidade demasiado próxima relativamente aos representantes da elite decisora, por frequentarem os mesmos cafés, os mesmos círculos e, desta proximidade, resultar o receio de afrontar as elites e as opiniões por elas veiculadas” (*idem, ibidem*, p. 320).

Assim, retendo algumas conclusões desta investigação e aplicando-as ao nosso objeto de estudo, podemos concluir que para que o jornalismo cívico funcione na sua plenitude é exigida uma total independência dos órgãos de comunicação social regionais relativamente às elites que, atualmente, quer diretamente quer indiretamente, os sustentam.

Neste sentido, na investigação anterior, o autor Pedro Coelho desenvolve um modelo que salienta a necessidade de levar todos os intervenientes do processo de comunicação – os órgãos de comunicação social, os cidadãos e as elites locais – a focarem, como principal interesse, no desenvolvimento e progresso local, eliminando os

“falsos consensos” referidos anteriormente²¹. Existiria, portanto, um jornalismo de proximidade, onde seriam praticados os princípios básicos do jornalismo, “nomeadamente a obrigação de dar voz a todos os implicados no acontecimento, o que supõe a integração das opiniões marginais e do conflito” e onde os jornalistas seriam profissionais habilitados, empenhados no desenvolvimento da comunidade, e com um distanciamento crítico (*idem, ibidem*, p. 321, 322). O autor conclui, ainda, que os investimentos neste jornalismo deveriam ser feitos pelo Estado, pois esta é uma alavanca no desenvolvimento regional.

Absorvendo algumas das ideias do trabalho de Pedro Coelho, podemos também concluir que o jornalismo cívico, com os vários pontos que o caracterizam, teria uma aplicação frágil pois seria necessária uma independência financeira relativamente ao mercado e, conseqüentemente, às elites o que, atualmente, ainda não se verifica em Portugal.

Assim, concluímos que o jornalismo cívico, embora seja inegável que defende conceitos que poderão (e deverão, em muitos casos) ser colocados em prática de modo a devolver ao jornalismo a verdadeira essência da profissão, a verdade é que suscita algumas dúvidas, nomeadamente no que diz respeito ao jornalista participativo e à questão do financiamento.

Epílogo

A produção de um programa, como o Portugal Português, implica uma organização própria do trabalho. E não é um trabalho puramente jornalístico – como aquele que é realizado pela maioria dos jornalistas na estação televisiva – de construir peças e reportagens que são, posteriormente, incluídas nos noticiários. Podemos começar pelo facto de que o Portugal Português, com emissões semanais de 50 minutos, não obriga ao sentimento imposto pelos *deadlines*²². Uma semana entre emissões permite que o trabalho seja pensado e organizado sem existe qualquer pressão relativa ao cumprimento de *deadlines*.

A preparação de uma emissão do Portugal Português, geralmente, começa na semana anterior. Escolhido o tema que vai ser tratado, procede-se aos convites para os representantes que se pretendem em estúdio. A escolha dos temas e dos convidados é,

²¹ Neste estudo o autor foca o estudo na televisão de proximidade, pois é o órgão de comunicação social que mais facilmente penetra no espaço social.

²² *Deadlines* é a expressão relativa ao prazo final. Em TV, o *deadline* é a expressão referente ao tempo limite para que a peça jornalística fique concluída e integre o alinhamento da emissão.

na maioria dos casos, decidida pela editora Paula Magalhães, assim como a distribuição das peças que vão integrar o alinhamento do programa.

Normalmente, o jornalista do Portugal Português dispõe de uma semana para construir uma ou duas peças ou reportagens. Este tempo é suficiente para trabalhar peças que poderão ter até quatro minutos. Ao longo dos cinco meses de estágio realizei 13 peças jornalísticas [em anexo], entre as quais três reportagens e dois *voxpath*. As reportagens que construí para o Portugal Português foram sobre um Centro de Emprego Protegido em Sintra; sobre um programa de apoio aos idosos de Lisboa, levado a cabo pela Polícia de Segurança Pública; e sobre as obras de requalificação do Aqueduto das Águas Livres. As restantes peças jornalísticas incluíram várias entrevistas, entre as quais ao presidente da Quercus, sobre os problemas relativos avanços do mar e a erosão das praias.

Além de construir peças e reportagens, durante o estágio, era também responsável por fazer os contactos e confirmar os convidados para o debate, na gravação do programa; por seleccionar e construir os *voxpath* que eram enviados para a redação (ainda em bruto), pelos correspondentes da TVI; e por pesquisar e seleccionar toda a informação relevante sobre o tema que seria abordado, organizando essa informação em cartões, que a editora e apresentadora Paula Magalhães, utilizava durante a gravação do programa.

Bibliografia

- BORGES, Susana (2009), *A segunda fase do Jornalismo Público*; Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação [consultado em Novembro de 2011]
- CAMPONEZ, Carlos (2002), *Jornalismo de Proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*, Coimbra: Minerva
- COELHO, Pedro (2007), *A função social das televisões de proximidade. Por um modelo de comunicação alternativo*; Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação [consultado em Janeiro de 2012]
- CORREIA, João C. (1998), *A região e o espaço público: um contributo crítico*; Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação [consultado em Novembro de 2011]
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom (2004), *Os Elementos do Jornalismo*; Porto: Porto Editora
- LIMA, Marcus (2009), *Cidadão ou consumidor? Estratégias para a qualidade do jornalismo e da vida pública*; Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação [consultado em Novembro de 2011]
- LOPES, Felisbela (2006), *Dos excessos da TV generalista: Retratos da informação semanal emitida em horário nobre*; Comunicação apresentada no colóquio “A Nova Entidade Reguladora no Quadro das Políticas da Comunicação em Portugal”, na Universidade do Minho, Abril
- LOPES, Felisbela (2007), *Novos rumos no audiovisual português: o reflexo do Big Brother na informação televisiva*; capítulo do livro (Pinto,

M. e Sousa, H), Casos em que o jornalismo foi notícia; Ed. Campo das Letras

- LOPES, Felisbela e PEREIRA, Sara (2007), *Estudos sobre programação televisiva: os programas de informação e os conteúdos para a infância*; Comunicação apresentada ao Congresso “Informação e Programação de Serviço Público num Contexto Competitivo”, Março
- PATTERSON, Thomas E. (2003) *Tendências do jornalismo contemporâneo*; Media & Jornalismo, Vol. 2, No2
- PEREIRA, Fábio H. (2004) *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*; Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação [consultado em Julho de 2011]
- PESSONI, Arquimedes (2005), *Jornalismo Público Americano: o leitor como cidadão*; Revista Imes [consultado on-line em Novembro de 2011]
- ROSEN, Jay (1997), *Re-enmarcar el reportaje publico*, do livro original em Inglês, *Public Journalism Theory and Practice: Lessons from Experience*, [documento consultado on-line em Novembro de 2011]
- TRAQUINA, Nelson (2002), *O que é Jornalismo*; Lisboa: Quimera
- TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário (2003), *Jornalismo Cívico*; Lisboa: Livros Horizonte

Anexos

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50016061		Hortas alta de Lisboa	ok/Tel	24	omni		pp hortas 29 tio ed tx 00:0

DEIXA DE ÁUDIO: OLHOS
POSTOS NO FUTURO

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: CÉU

OBS:

===PIVOT==

NA ALTA DE LISBOA, UM GRUPO DE MORADORES TEVE A IDEIA DE APROVEITAR TERRENOS PARA PRÁTICAS HORTICULAS. O PROJECTO "ALTAS HORTAS" AINDA NÃO ESTÁ EM PRÁTICA MAS CONTA JÁ COM MAIS DE 200 PESSOAS QUE ESPERAM POR UM PEDAÇO DE TERRA PARA CULTIVAR..... NUMA ALTURA EM QUE POUPAR É A PALAVRA DE ORDEM, NADA MELHOR DO QUE PRODUIR AQUILO QUE COMEMOS.

===TEXTO==

BATATAS... NABOS... CEBOLAS... TOMATES... E FRUTA... SÃO ALGUNS DOS PRODUTOS QUE PODERÃO SER CULTIVADOS NO FUTURO PARQUE AGRÍCOLA DA ALTA DE LISBOA... O TERRENO JA ESTÁ ESCOLHIDO MAS INICIATIVA AINDA NÃO SAIU DO PAPEL .. EM BREVE ESTE ESPAÇO SERÁ PARA TODOS AQUELES QUE QUEIRAM VOLTAR ÀS ORIGENS E TRABALHAR A TERRA.

*TOPILOT JORGE CANCELA

JORGE CANCELA

PRES. ASS. AMBIENTAL DA ALTA DE LISBOA

DESTINADO A UMA AGRICULTURA EXCLUSIVAMENTE BIOLÓGICA... O PARQUE PRETENDE TAMBÉM SER UMA MAIS VALIA ESTÉTICA NUMA ZONA ESTIGMATIZADA E ONDE O DESEMPREGO É ABUNDANTE... A INICIATIVA ALTAS HORTAS PODE SER UMA FORMA DE FAZER FRENTE À CRISE.... O QUE CADA PESSOA PRODUZ SERÁ PARA CONSUMO PRÓPRIO... E OS EXCEDENTES DE PRODUÇÃO PODERÃO SER PARTILHADOS OU VENDIDOS.

*TOPILOT ANTÓNIO MONTEIRO

ANTÓNIO MONTEIRO

VICE-PRES. ASS. AMBIENTAL DA ALTA DE LISBOA

UMA AJUDA IMPRESCINDIVEL NUMA ALTURA EM QUE A CARTEIRA ESTÁ CADA VEZ MAIS VAZIA... E TAMBÉM UMA NOVA FORMA DE DAR VIDA À TERRA.

*TOPILOT SÓNIA GASPAR

SÓNIA GASPAR

PARA ALÉM DAS HORTAS BIOLÓGICAS ESTE PROJECTO INCLUI AINDA DUAS OUTRAS APOSTAS... AS HORTAS PORTÁTEIS QUE CADA HABITANTE PODE LEVAR PARA CASA... E AS HORTAS NAS ESCOLAS.

A INICIATIVA SURTIU DE UM GRUPO DE MORADORES QUE FORMARAM A ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO AMBIENTAL...E COMO É UM BAIRRO DE MUITAS CULTURAS E DE MUITAS GERAÇÕES... UM DOS PRINCIPAIS OBJECTIVOS É COMBATER A EXCLUSÃO SOCIAL.

*TOPILOT JOSÉ BRINCO/
PAULO FERREIRA

JOSÉ BRINCO/ PAULO FERREIRA
IMAGEM

O PROJECTO ALTAS HORTAS PODE SER UM REGRESSO AO PASSADO MAS COM OS OLHOS POSTOS NO FUTURO.

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50016443	11	Porto sines	Telma		omni		pp portosines 05 tlo.ed rs

DEIXA DE ÁUDIO: EM
PORTUGAL

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: BANDEIRAS

OBS:

===PIVOT==

COM UMA ESTRUTURA PORTUÁRIA ÚNICA, O PORTO DE SINES ESTÁ EM PLENO CRESCIMENTO. O FRANCO AUMENTO DO TRÁFEGO DE CONTENTORES É APENAS UM DOS SINAIS DO POTENCIAL DESTES PORTOS. COM CARACTERÍSTICAS GEOFÍSICAS ÚNICAS A TENDÊNCIA É PARA QUE SE TORNE UMA REFERÊNCIA EUROPEIA.

===TEXTO==

O PORTO DE SINES É O PRINCIPAL PORTO DA COSTA ATLÂNTICA PORTUGUESA... A FUNCIONAR DESDE 1978... OPERA 24 HORAS POR DIA... 365 DIAS POR ANO...

AS ÁGUAS PROFUNDAS... FUNDOS NATURAIS... E CARACTERÍSTICAS ÍMPARES... TORNAM ESTE PORTO A PRINCIPAL PORTA DE ENTRADA DE GÁS NATURAL, CARVÃO, PETRÓLEO E DERIVADOS.

COM ACESSIBILIDADES MARÍTIMAS ÚNICAS... E TERMINAIS ESPECIALIZADOS... O PORTO DE SINES ACOLHE TODOS OS TIPOS DE NAVIOS... E CONSOLIDOU-SE COMO LÍDER NACIONAL DE MERCADORIAS MOVIMENTADAS.

MESMO EM TEMPO DE CRISE, REGISTOU... ENTRE JANEIRO E SETEMBRO DESTES ANOS... UM AUMENTO DE 60% NO TRÁFEGO DE CONTENTORES, RELATIVAMENTE AO MESMO PERÍODO DE 2009.

APESAR DE NÃO TER O MESMO PESO DE OUTROS TEMPOS... A PESCA CONTINUA A SER O TRABALHO DE MUITOS HOMENS QUE TODOS OS DIAS RUMAM PARA O MAR. AS COLORIDAS TRAINERAS APELAM AOS SÉCULOS DE TRADIÇÃO DAQUELA REGIÃO.

O PORTO DE PESCA ESTÁ DOTADO DE NOVAS INFRA-ESTRUTURAS QUE INCLUEM UM NOVO CAIS DE APRESTOS... UM CAIS DE DESCARGA DE PEIXE... E VÁRIOS EDIFÍCIOS DE APOIO.

SITUADO JUNTO À PRAIA VASCO DA GAMA... O PORTO DE RECREIO DE SINES É LOCAL DE PARAGEM OBRIGATÓRIA DAS EMBARCAÇÕES... COM CAPACIDADE PARA 230 LUGARES DE AMARRAÇÃO... É TAMBÉM RESPONSÁVEL PELOS FLUXOS TURÍSTICOS DA VILA.

LIVRE DE PRESSÕES URBANAS O PORTO DE SINES POSSUI AS CONDIÇÕES ESSENCIAS À SUA EXPANSÃO... QUE EM CONJUNTO COM AS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO... O TORNAM UM PORTO DE REFERÊNCIA EM PORTUGAL.

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50018148		Peça Enquadra/	okTelr		omni		pp enquadramentovq 07 tl

DEIXA DE ÁUDIO: COMBATER O
DESPERDÍCIO

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: LUZ DE
NATAL EM FORMA DE
PRESENTE

OBS:

===PIVOT==

AS AUTARQUIAS JÁ VIRAM DIMINUIR AS
VERBAS DO ESTADO. O DINHEIRO NÃO CHEGA
PARA TUDO: É PRECISO FAZER UMA CLARA
DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES E CERTIFICAR
QUE OS LIMITES ORÇAMENTAIS SÃO
RIGOROSAMENTE CUMPRIDOS. ACABAR COM
OS GASTOS ACESSÓRIOS, REDUZIR O
ENDIVIDAMENTO E MANTER A ORDEM NAS
CONTAS PÚBLICAS É O OBJECTIVO.

===TEXTO==

CRISE É A PALAVRA DO MOMENTO E NEM AS
AUTARQUIAS ESCAPARAM AOS CORTES QUE...
DESDE DE ABRIL JÁ ASCENDERAM AOS 227
MILHÕES DE EUROS.

COM O ANO DE 2011 A APRESENTAR-SE
POUCO RISONHO... E COM MAIS CORTES NO
ORÇAMENTO... A SOLUÇÃO É... REDUZIR AS
DESPEZAS PARA FAZER FRENTE À NOVA
REALIDADE QUE SE APROXIMA.

PLANOS DE CONTENÇÃO... REVISÃO DE
CONTAS... MEDIDAS DE AUSTERIDADE... SÃO
VÁRIOS OS NOMES... MAS A ORDEM É UMA SÓ:
MANTER AS CONTAS FIRMES PARA AS
AUTARQUIAS QUE QUEREM SAIR DO BURACO.

NESTA ONDA DE POUPANÇA... SÃO VÁRIAS AS
APOSTAS PARA REDUZIR NAS DESPESAS. NO
FUNDO... É PRECISO EXCLUIR DOS GASTOS
TUDO O QUE NÃO É ESSÊNCIAL.

ALGUMAS AUTARQUIAS ACABARAM POR...
PRESCINDIR DE MOTORISTAS E
SECRETÁRIAS... OPTAR POR CARROS MAIS
MODESTOS... REDUZIR NOS SUBSÍDIOS ÀS
INSTITUIÇÕES... CONTROLAR GASTOS COM AS
OBRAS PÚBLICAS... FUGIR A PARECERIAS

PÚBLICO-PRIVADAS... E INVESTIR EM
ENERGIAS ALTERNATIVAS...

TUDO PARA FAZER FRENTE ÀS REDUÇÕES
NAS VERBAS DO ESTADO E À DIMINUIÇÃO DE
RECEITAS PRÓPRIAS.

EM TEMPOS DE CRISE É PRECISO POUPAR...
PENAFIEL VAI REDUZIR NA ILUMINAÇÃO
PUBLICA DURANTE O PERÍODO NOCTURNO.
MONDIM DE BASTO PREVÊ REDUZIR CUSTOS
COM A ENERGIA E COM OS TRANSPORTES.
PENELA VAI CORTAR NAS DESPESAS COM
EVENTOS CULTURAIS E EM POMBAL O
DESFILE DAS MARCHAS POPULARES VAI
PASSAR A ACONTECER DE DOIS EM DOIS
ANOS.

HÁ CORTES PARA TODOS OS GOSTOS E ESTES
SÃO APENAS ALGUNS DELES.

MAS EXISTEM MUNICÍPIOS QUE NÃO
ESPERARAM PELA CRISE: A GESTÃO É FEITA
COM O DINHEIRO QUE EXISTE.

OVAR REDUZIU 73% DO ENDIVIDAMENTO
ENTRE 2007 E 2009.. E TAMBÉM AGUIAR DA
BEIRA... QUE TRAÇOU A META DE GASTAR O
MENOS POSSÍVEL... CONSEGUIU REDUZIR O
ENDIVIDAMENTO.. EM 51% EM APENAS DOIS
ANOS. EXEMPLOS DE MUNICÍPIOS QUE NÃO
FORAM APANHADOS DE SURPRESA PELA
REDUÇÃO NO ORÇAMENTO.

A CRISE ECONÓMICA A TUDO OBRIGA E ESTE
NATAL SERÁ MENOS COLORIDO. FARO, VISEU,
PENAFIEL E SANTARÉM, ... SÃO ALGUNS DOS
MUNICÍPIOS QUE VÃO REDUZIR NA LUZES DE
NATAL. MAIS LONGE DO QUE ISSO VAI O
CONCELHO DE TONDELA ONDE NÃO HAVERÁ
QUALQUER ILUMINAÇÃO ALUSIVA À ÉPOCA...

EM MUITAS RUAS O NATAL SERÁ MENOS
BRILHANTE MAS CERTAMENTE MAIS POUPADO
E COM VERBAS PARA AS CAUSAS CERTAS.... É
QUE A CRISE TAMBÉM PODE AJUDAR A
COMBATER O DESPERDÍCIO.

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50017627	08	Feira Almada	ok/Tel	24	omni		pp feiraalmada 16 tlo ed rs

DEIXA DE ÁUDIO: BERNARDO
MAGALHÃES TVI

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: VIVO
JORNALISTA

OBS:

===PIVOT==

NESTA ÉPOCA DO ANO ACONTECEM UM
POUCO POR TODO O PAÍS AS TRADICIONAIS
FEIRAS DE NATAL. A PRAÇA DA LIBERDADE,
EM ALMADA, FOI PALÇO DE UM MERCADO DE
NATAL DIFERENTE. VÁRIOS ARTESÃOS E
INSTITUIÇÕES APRESENTARAM PROPOSTAS
ORIGINAIS PARA UM NATAL MAIS SOLIDÁRIO E
MAIS AMIGO DO AMBIENTE. UMA IDEIA PARA
AS SUAS COMPRAS... TODO O ANO.

===TEXTO==

A SUGESTÃO FOI FEITA NO MERCADO DE
NATAL AMIGO DO AMBIENTE, ORGANIZADO
PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA...

AO LONGO DE 6 DIAS A PRAÇA DA LIBERDADE
TEVE UMA FEIRA CHEIA DE ACTIVIDADES E
PROPOSTAS PARA UM NATAL DIFERENTE...

QUEM POR ALI PASSOU PÔDE APRECIAR
VÁRIOS MOMENTOS MUSICAIS, TEATRO E
MUITAS IDEIAS ORIGINAIS PARA PRESENTES.
TUDO PARA UM NATAL MAIS SOLIDÁRIO... E
MAIS SUSTENTÁVEL.

VIVO

CATARINA FREITAS
DEP. GESTÃO AMBIENTAL C.M. ALMADA

*TOPILOT CATARINA FREITAS

NESTE ESPAÇO ENCONTRÁMOS SUGESTÕES
DE VARIADOS ARTIGOS ARTESANAIS... LIVROS
E JOGOS DIDÁCTICOS... BRINQUEDOS DE
MADEIRA FEITOS Á MÃO... SABONETES
NATURAIS SEM QUÍMICOS... PLANTAS E ERVAS
AROMÁTICAS.. PRODUTOS ALIMENTARES
BIOLÓGICOS... E MUITOS OBJECTOS FEITOS A
PARTIR DE DA REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS...
TUDO... EM PROL DE UM PLANETA MAIS
SAUDÁVEL.

VOXPOP

AQUI A ORIGINALIDADE MARCA PELA POSITIVA. PRESENTES ÚNICOS E A BAIXO CUSTO PODEM CONTORNAR OS APELOS AO CONSUMO QUE MARCAM ESTA ÉPOCA DO ANO.

VIVO

MIGUEL CASTRO

DEP. AMBIENTE DA C. M. ALMADA

*TOPILOT MIGUEL CASTRO

ALÉM DE COMPRAR PRENDAS...QUEM VISITOU A FEIRA DEU LARGAS À IMAGINAÇÃO E... FEZ OS SEUS PRÓPRIOS PRESENTES DE NATAL... POUPANDO ASSIM...O AMBIENTE E A CARTEIRA.

VÁRIOS ATELIÊS... PARA PEQUENOS E GRANDES... AJUDARAM QUEM ALI ESTEVE... A CRIAR NOVOS OBJECTOS A PARTIR DE PRODUTOS NATURAIS OU REUTILIZANDO MATERIAIS QUE JÁ NÃO SÃO USADOS.IDEIAS QUE PODEM SER USADAS DURANTE TODO O ANO.

E PORQUE ESTA QUADRA É TAMBÉM TEMPO DE AJUDAR QUEM MAIS PRECISA... ESTE MERCADO DE NATAL CONTOU COM A PRESENÇA DE VÁRIAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES... DE SOLIDARIEDADE SOCIAL... QUE PODERAM EXPOR E VENDER OS SEUS ARTIGOS FEITOS ARTESANALMENTE.

BOAS IDEIAS NÃO FALTARAM E O PROJECTO SUPEROU AS ESPECTATIVAS. O MERCADO DE NATAL AMIGO DO AMBIENTE CONTOU COM MAIS DE 10 MIL VISITANTES.

VOXPOP

VIVO JORNALISTA

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50020707	04	Peça Enquadra/	Telma	24	omni		pp erosao 14 tlo ed rs 00.1

DEIXA DE ÁUDIO: QUE É SEU
POR DIREITO

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: MAR COM
GAIVOTAS NUM PEDAÇO DE
AREIA

OBS: SAI AO TEMPO 3:56!!!

===PIVOT==

A EROSÃO DAS PRAIAS É UM PROBLEMA CADA VEZ COMUM NA ORLA COSTEIRA PORTUGUESA. MUITOS SÃO MUNICÍPIOS QUE JÁ VIRAM O MAR SALTAR BARREIRAS E DEIXAR ESTRAGOS DE MILHARES DE EUROS. PORTUGAL É UM DOS PAÍSES COSTEIROS DA UNIÃO EUROPEIA MAIS AFECTADO PELA EROSÃO. E SE NADA FOR FEITO AS CONSEQUÊNCIAS PODEM MESMO CHEGAR A SER IRREPARÁVEIS.

===TEXTO==

PORTUGAL É UM PAÍS BANHADO PELO MAR.

A ORLA COSTEIRA FOI DESDE CEDO CONSIDERADA UMA MAIS VALIA... NÃO SÓ PELO SEU VALOR AMBIENTAL... MAS AINDA PLAS CONDIÇÕES ÚNICAS PARA A PESCA... PARA AGRICULTURA... E PARA AS ACTIVIDADES PORTUÁRIAS.

RICA EM PAISAGENS NATURAIS SEM IGUAL... A COSTA PORTUGUESA ABRIU PORTAS À ECONOMIA... POTENCIANDO O TURISMO... O EMPREENDEDORISMO... E O CRESCIMENTO URBANO...

NO ENTANTO... AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS... A GESTÃO DO LITORAL PORTUGUÊS TEM CAUSADO PROBLEMAS.

A INTENSA EROSÃO COSTEIRA... ASSOCIADA À SUBIDA DO NÍVEL MÉDIO DA ÁGUA DO MAR JÁ CAUSOU INÚMEROS ESTRAGOS... E PODE TRADUZIR-SE... EM POUCAS DÉCADAS... EM GRANDES PERDAS DE TERRITÓRIO... COM MUITOS CUSTOS ASSOCIADOS E DANOS PATRIMONIAIS IRRECUPERÁVEIS.

AINDA ASSIM... NEM SEMPRE ESTE PROBLEMA É EQUACIONADO. E AS PRAIAS CONTINUAM A SER UM FORTE PONTO DE ATRACÇÃO.

VIVO

***TOPILOT FRANCISCO
FERREIRA**

**FRANCISCO FERREIRA
DIRIGENTE DA QUERCUS**

A EROSÃO NO LITORAL É UM PROBLEMA COMUM EM VÁRIAS PRAIAS DE PORTUGAL... OVAR, S. PEDRO DE MOEL, VAGOS, MIRA, NAZARÉ, COSTA DE CAPARICA E ALGARVE SÃO APENAS ALGUMAS ONDE O RISCO É MAIS AGRAVADO.

AS PRAIAS PRECISAM DE ESPAÇO PARA FAZER OS AJUSTES NATURAIS E RETOMAR O EQUILÍBRIO... ESPAÇO ESSE QUE O HOMEM TEIMA EM OCUPAR.

VIVO JÁ ID

SE É CERTO QUE EXISTEM CAUSAS NATURAIS PARA PROCESSO... A VERDADE É QUE AS ACÇÕES DO HOMEM HÁ MUITO QUE CONTRIBUEM PARA ESTE PROBLEMA.

A EXTRACÇÃO DE AREIAS... A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS... E SOBRE LOTEAMENTO DAS ZONAS COSTEIRAS TÊM GRANDE CULPA NO ACELERAÇÃO DESTE PROCESSO.

A ACRESCENTAR A TUDO ISTO... ESTÁ O AQUECIMENTO GLOBAL QUE... A ESTE RITMO... VAI CONTRIBUIR PARA UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DO NÍVEL MÉDIO DA ÁGUA DO MAR.

VIVO JÁ ID

NO TOTAL... CERCA DE 67% DA COSTA PORTUGUESA ESTÁ AMEAÇADA PELA EROSÃO E PELA SUBIDA DO MAR... O RECUO DA LINHA DE COSTA PODE MESMO CHEGAR AOS 10 METROS POR ANO... E MUITAS DAS PRAIAS QUE CONHECEMOS HOJE... PODEM DESAPARECER.

*TOPILOT NORBERTO LOPES

NORBERTO LOPES
IMAGEM

**ESTE PROBLEMA MERECE UM PLANEAMENTO
COM OLHOS POSTOS NO FUTURO. É PRECISO
DEVOLVER AO MAR O ESPAÇO QUE É SEU POR
DIREITO.**

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50017982	09	Aqueduto Águas Livres	ok/Tel	24	omni		pp aqueduto 28 flo ed tx 0

DEIXA DE ÁUDIO: TVI

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: VIVO
JORNALISTA

OBS:

===PIVOT==

O AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES É UM DOS LOCAIS PRIVILEGIADOS DE LISBOA. COM UMA VISTA ÚNICA SOBRE O VALE DE ALCÂNTARA, O IMPONENTE MONUMENTO JÁ FOI UM DOS MAIS EXTENSOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNDO. A SUA SOLIDEZ FEZ COM QUE FOSSE DOS POUCOS EDIFÍCIOS QUE RESISTIU INTACTO AO TERRAMOTO DE 1755. SÃO ESPAÇOS E VERDADEIROS MONUMENTOS COMO ESTE QUE DEVEM SER PRESERVADOS....

===TEXTO==

CONSTRUÍDO A PENSAR NAS CARÊNCIAS DE ÁGUA SENTIDAS PELOS MORADORES DE LISBOA, NO SÉCULO XVIII... O AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES COMEÇOU... EM 1748... A ABASTECER OS VÁRIOS CHAFARIZES DA REGIÃO.

COM UM TOTAL DE 58KM... A CONSTRUÇÃO DEMOROU CERCA DE UMA CENTENA DE ANOS ATÉ FICAR CONCLUÍDA.

VIVO
TELMA LOURO
TVI

*TOPILOT TELMA LOURO

COM MAIS DE 2 SÉCULOS DE HISTÓRIA... ESTÁ NO GUINNESS POR TER O MAIOR ARCO DE PEDRA DO MUNDO... E É TODOS OS ANOS VISITADO POR MILHARES DE TURISTAS.

POR ISSO MESMO... A PRESERVAÇÃO É UMA PRIORIDADE... AFINAL TRATA-SE DE UM DOS LOCAIS MAIS BONITOS DE LISBOA.

VIVO
JOSÉ MANUEL ZENHA

*TOPILOT JOSÉ ZENHA EPAL

DIRECTOR DE COMUNICAÇÃO EPAL

*TOPILOT IMAGENS EPAL

(DURANTE AS IMAGENS QUE PINTAM O VIVO)

**AINDA PARA ESTE ANO... ESTÃO PREVISTAS
NOVAS OBRAS... NO VALOR DE 150 MIL
EUROS... QUE VÃO RECUPERAR AS MAZELAS
DA SUPERFÍCIE INTERIOR DOS ARCOS.**

VIVO JÁ ID

**MAS O AQUEDUTO É MUITO MAIS DO QUE VEMOS À
SUPERFÍCIE. RICO EM GALÉRIAS
SUBTERRÂNEAS SEM IGUAL... A
PRESERVAÇÃO É OBRIGATÓRIA.**

**COM AS OBRAS NO ÚLTIMO TROÇO DA CRIL
MAIS PREOCUPAÇÕES SURTIRAM... AS
CONSTRUÇÃO DA ESTRADA COLOCAM EM
RISCO 140 METROS DA GALÉRIA MONUMENTAL
DO AQUEDUTO.**

VIVO JÁ ID

**DEPOIS DE MUITOS ATRASOS E ALGUNS
ESFORÇOS O NOSSO PATRIMÓNIO FOI
SALVAGUARDADO... OU NÃO SE TRATASSE DE
UMA DAS MAIORES OBRAS DE ENGENHARIA
HIDRAULICA DAQUELA ÉPOCA.**

VIVO JÁ ID

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
50021790		Agro-Indústria	ok/Tel	24	omni		pp.industria.04.tlo.ed.rs.00

DEIXA DE ÁUDIO: VAI CORRER
BEM

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: OLIVAL

OBS: ATENÇÃO!!! SAI AO
TEMPO 2:40!!!

**JOVEM EMPRESÁRIO
QUANDO TINHA APENAS 27 ANOS DECIDIU
CRIAR NEGÓCIO PRÓPRIO**

**AGRO INDÚSTRIA
TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAS DE AZEITONA
E TREMOÇOS**

**DIFICULDADES PARA OS JOVENS
AS AJUDAS FORAM POUCAS E O
INVESTIMENTO SAIU-LHE QUASE TODO DO
BOLSO**

===PIVOT==

APOSTAR NUM NEGÓCIO PRÓPRIO NOS DIAS
QUE CORREM PODE SER UM RISCO MAS HÁ
AINDA QUE ACHE QUE É UM RISCO QUE VALE
A PENA. MAIS QUE ISSO, SÓ MESMO VER
ALGUÉM A APOSTAR NUM SECTOR QUE ESTÁ
CADA VEZ MAIS COLOCADO DE PARTE NO
NOSSO PAÍS. É O CASO DE ANTERO PAIVA QUE
COM APENAS 27 ANOS DECIDIU ABRIR UMA
AGRO-INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE
AZEITONAS.

===TEXTO==

VENDAS NOVAS

*TOPILOT VENDAS NOVAS

**SER JOVEM PODE NÃO SER SINÓNIMO DE
EXPERIÊNCIA MAS NESTE CASO É SINÓNIMO
DE FORÇA DE VONTADE.**

**TUDO COMEÇOU HÁ CERCA DE DOIS ANOS...
QUANDO ANTERO PAIVA... DECIDE CRIAR UMA
AGRO INDUSTRIA DE AZEITONAS DE
CONSERVA E TREMOÇOS... NEM OS TEMPOS
DE CRISE O FIZERAM DESISTIR.**

VIVO

ANTERO PAIVA

*TOPILOT ANTERO PAIVA

E FOI COM MUITO TRABALHO QUE CHEGOU AQUI. DIARIAMENTE CONTA COM O APOIO DO PAI QUE JÁ CONHECE O NOGÓCIO E QUE O AJUDOU A AVANÇAR COM O PROJECTO. ACTUALMENTE TEM AINDA 2 OUTROS FUNCIONÁRIOS... MAS PODERÁ VIR A TER MUITOS MAIS.

MAS AS AJUDAS INICIAIS FORAM POUCAS E O INVESTIMENTO SAIU-LHE QUASE TODO DO BOLSO.

VIVO JÁ ID

DEVAGAR TEM AVANÇADO COM A EMPRESA QUE JÁ TEM MARCA PRÓPRIA... E COM POUCO MAIS DE UM ANO EM FUNCIONAMENTO JÁ DEU LUCROS. O SEGREDO ESTÁ EM APOSTAR NA EXPORTAÇÃO.

VIVO JÁ ID

FORMADO EM GESTÃO... ESTE JOVEM DE APENAS 29 ANOS PASSOU POR VÁRIAS EMPRESAS E ATÉ CHEGOU A SAIR DO PAÍS...

*TOPILOT CARLOS RODRIGUES

CARLOS RODRIGUES
IMAGEM

MAS A VONTADE DE TRABALHAR POR CONTA PRÓPRIA E CHEGAR MAIS LONGE FIZERAM-NO APOSTAR NUM SECTOR QUE É CADA VEZ MAIS COLOCADO DE PARTE PELOS JOVENS... E NEM AS DIFICULDADES O FIZERAM PARAR

VIVO JA ID

E SERÁ QUE VALEU A PENA?

VIVO JÁ ID

ECA.ARQUIVOTVI24.2011.PORTUGAL_PORTUGUES.FEV.13.Emprego protegido Sintra 1

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
V11036790		Emprego protegido Sintra	Telma	24	omni		pp centro 11 tlo ed rs 00:0

DEIXA DE ÁUDIO: EM
PORTUGAL

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: PESSOAS NA
RUA

OBS: ATENÇÃO!!! SAI AO
TEMPO 3:36!!!

===PIVOT==

A CURVA QUATRO É UM DOS 11 CENTROS DE EMPREGO PROTEGIDO DE PORTUGAL...LUTA TODOS OS DIAS PARA DAR A EMPREGO E VALORIZAR AS CAPACIDADES DE TRABALHO DE CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.... A FUNCIONAR HÁ 18 ANOS TEM JÁ 42 TRABALHADORES DISTRIBUIDOS POR VÁRIOS PONTOS DO CONCELHO DE SINTRA.

===TEXTO==

PAULA MARTINS TRABALHA NA LAVADARIA DE MIRA SINTRA HÁ 14 ANOS. UMA SITUAÇÃO IGUAL A TANTAS OUTRAS... NÃO FOSSE PAULA PORTADORA DE UMA DEFICIÊNCIA...

VIVO

PAULA MARTINS

*TOPILOT PAULA MARTINS

TUDO É POSSÍVEL GRAÇAS À AJUDA DA CURVA QUATRO... UM CENTRO DE EMPREGO PROTEGIDO NA FREGUESIA DE MIRA-SINTRA...

VIVO

MARTA FERREIRA

DIRECTORA EXECUTIVA DA CURVA QUATRO

*TOPILOT MARTA FERREIRA

A CURVA QUATRO CONTA COM 42 TRABALHADORES EM REGIME DE EMPREGO PROTEGIDO... DISTRIBUIDOS PELAS TAREFAS DA LAVANDARIA... PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES... PELOS SERVIÇOS DE LIMPEZA... E PELA PRODUÇÃO DE PLANTAS EM VIVEIROS.

TUDO ISTO EM PROL DE UM ÚNICO OBJECTIVO...

VIVO JÁ ID

UMA MISSÃO QUE É LEVADA A CABO JÁ DESDE 1993... E QUE TEM COMO PRINCÍPIO VALORIZAR AS CAPACIDADES DE TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL.

VIVO JA ID

RAFAEL RUFINO CUIDA... DIÁRIAMENTE... DOS ESPAÇOS VERDES DA VILA DE SINTRA...

ESTÁ A TERMINAR O ESTÁGIO QUE COMEÇOU HÁ 9 MESES NA CURVA QUATRO... E AINDA NÃO SABE SE VAI VER REALIZADA A SUA VONTADE DE CONTINUAR E... CELEBRAR CONTRATO.

MAS NÃO TEM DÚVIDAS QUANDO SE FALA DE ENCONTRAR EMPREGO...

VIVO

RAFAEL RUFINO

MAS NÓS JÁ SABEMOS QUE O RAFAEL PASSOU NO ESTÁGIO... E VAI MESMO FICAR. O QUE NÃO SABEMOS É ATÉ QUANDO...

VIVO JÁ ID

ESTA É UMA NOVA REALIDADE QUE PODE COLOCAR EM CAUSA OS 42 TRABALHADORES DA CURVA QUATRO... E AS MAIS DE 300 PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA ESPALHADAS PELOS 11 CENTROS DE EMPREGO EXISTENTES EM PORTUGAL.

*TOPILOT RAFAEL RUFINO

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
V11086178		PDM Lisboa	ok/Tel		omni		pp plano 18 tlo ed tx 00:01

DEIXA DE ÁUDIO: QUALQUER
SUCESSO

LEADS:

DEIXA DE VIDEO:ELÉCTRICO A
ANDAR

===PIVOT==

OBS:

O NOVO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA JÁ ESTÁ ELABORADO....VAI AGORA PARA DISCUSSÃO PÚBLICA....FIXAR JOVENS, RECUPERAR 90 POR CENTO DOS EDIFCÍCIOS DEGRADADOS E INSTALAR UMA REDE DE TRANSPORTES MAIS MODERNA SÃO ALGUMAS DAS MUDANÇAS QUE PODERÃO ACONTECER NA CAPITAL.

===TEXTO==

A INSTALAÇÃO DE UMA REDE DE TRANSPORTES QUE INCLUI ELÉCTRICO RÁPIDO E METRO DE SUPERFÍCIE... A CRIAÇÃO DE MAIS ÁREAS PEDONAIS... A TRANSFORMAÇÃO DA 2ª CIRCULAR NUMA AVENIDA URBANA... E A RECUPERAÇÃO DE 90% DOS EDIFÍCIOS DEGRADADOS EM APENAS DEZ ANOS... SÃO ALGUMAS DAS MUDANÇAS QUE PODERÃO ESTAR PARA BREVE.

TODAS ESTAS PROPOSTAS FAZEM PARTE DO NOVO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL QUE FOI APROVADO... EM REUNIÃO PÚBLICA DA AUTARQUIA... NO PASSADO MÊS DE NOVEMBRO.

DAS QUESTÕES QUE ESTIVERAM EM CIMA DA MESA É DE SALIENTAR A POLÉMICA EM TORNO DOS LOGRADOUROS QUE COLOCARAM EM DEBATE A ÁREA DE CONSTRUÇÃO PERMITIDA NOS ESPAÇOS VERDES DE LISBOA E OS ÍNDICES DE IMPERMEABILIDADE DOS SOLOS.

AINDA QUE ACTUALMENTE A CONSTRUÇÕES NESTES ESPAÇOS SEJA FEITA DE FORMA MUITO RESTRITA... FORAM COLOCADOS OUTROS PONTOS QUE SE PRENDEN COM A NECESSIDADE DE AMPLIAR AS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM LISBOA.

OUTRO DOS PONTOS QUE TEVE VOTAÇÃO NEGATIVA ESTÁ LIGADO COM OS CRÉDITOS DE EDIFICABILIDADE QUE AUTORIZA PROMOTES A FAZEREM MAIS CONSTRUÇÃO DO QUE O QUE ESTAVA PREVISTO SE CONTEMPLAREM RENDAS A CUSTOS CONTROLADOS.

O MODO COMO VAI SER EXECUTADO OS PDM FOI OUTRA DAS QUESTÕES QUE TAMBÉM ESTEVE EM DEBATE.

DOS MUITOS OBJECTIVOS DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL FAZ PARTE A FIXAÇÃO DA JUVENTUDE O QUE VAI TORNAR POSSÍVEL ALUGAR UMA CASA COM CUSTOS MAIS MODERADOS.

NO ENTANTO ATÉ ENTRAR EM VIGOR O NOVO PLANO TEM AINDA UM LONGO CAMINHO A PERCORRER QUE TERMINARÁ COM A VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM JÁ EMITIU UM PARECER FAVORÁVEL... E A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PRETENDE DAR INÍCIO À FASE DE DISCUSSÃO PÚBLICA JÁ NOS PÓXIMO MÊS...

O ACTUAL PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA ESTÁ EM VIGOR DESDE 1994 E HÁ MUITO QUE JÁ SE PRETENDIA A REVISÃO DO MESMO ATÉ AGORA SEM QUALQUER SUCESSO.

VIDEO	PG	TITLE	PIVOT	GC	VT#	REALIZAÇÃO	CLIP
V11086178		Opinião Cidadãos	ok/Tel	24	omni		pp opiniao 18 flo ed tx 00:

DEIXA DE ÁUDIO: TODAS
ELEAS

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: VIVO SENHOR

OBS:

===PIVOT==

A NOTÍCIA TEM QUASE UM MÊS MAS OS LISBOETAS PARECEM AINDA NÃO SABER AO CERTO O QUE VAI ACONTECER ÀS FREGUESIAS DE LISBOA... UNS CRITICAM OUTROS TECEM ELOGIOS, HÁ OPINIÕES PARA TODOS OS GOSTOS... MAS QUANDO SE FALA EM NOMES CADA UM DEFENDE A SUA FREGUESIA... JÁ A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DO ORIENTE TEM DADO ALGUMA POLÉMICA.

===TEXTO==

NUM CONTEXTO ALARGADO SÃO POUCAS AS PESSOAS QUE SABEM AO CERTO O QUE VAI ACONTECER ÀS ACTUAIS 53 FREGUESIAS DE LISBOA. SABEM QUE ALGUMAS SE VÃO FUNDIR MAS NÃO SABEM QUANTAS NEM QUAIS.

VIVO NÃO ID

E QUANTO A OPINIÕES HÁ PARA TODOS OS GOSTOS.

VOXPOP

DEPOIS HÁ AINDA OS QUE DEFENDEM O SEU ESPAÇO E NÃO QUEIRAM PERTENCER A OUTRO SÍTIO.

VIVO NÃO ID

OUTRA DAS PREOCUPAÇÕES... MAIS LIGADAS À IDENTIDADE DOS BAIRROS LISBOETAS... SURGE QUANDO FALAMOS EM NOMES... AFINAL COMO SE VÃO CHAMAR AS NOVAS FREGUESIAS? PARA JÁ A PERGUNTA AINDA NÃO TEM RESPOSTA MAS OS MORADORES... ESSES...PUXAM A BRASA PARA A SUA SARDINHA.

2 VIVOS NÃO ID

MAS NO QUE TOCA A NOVAS FRONTEIRAS NAS FREGUESIAS DE LISBOA NÃO PODEMOS FICAR APENAS PELAS QUE SE VÃO FUNDIR. AFINAL... SE TODAS ESTAS ALTERAÇÕES FOREM EM FRENTE... O NOVO MAPA VAI INCLUIR UMA NOVA FREGUESIA SITUADA NA ZONA MAIS RECENTE DE LISBOA... A ZONA DO ORIENTE. MAS AQUI SURGEM MAIS PROBLEMAS... PORQUE QUANDO FALAMOS DO PARQUE DAS NAÇÕES...

*TOPILOT LUÍS BRANCO/
EMANUEL PREZADO

LUÍS BRANCO/ EMANUEL PREZADO
IMAGEM

FALAMOS PRECISAMENTE DE TRÊS FREGUESIAS E DOIS CONCELHOS. MAIS DE DOIS TERÇOS DA ZONA DO ORIENTE PERTENCEM AO CONCELHO DE LISBOA E À FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS OLIVAIS. OS MORADORES QUEREM A UNIÃO DE TODO O PARQUE DAS NAÇÕES EM APENAS UMA ÚNICA FREGUESIA...

VIVO NÃO ID

*TOPILOT BARROSO DE
ANDRADE

BARROSO DE ANDRADE
ASS. MORADORES/COMERCIANTES DO
PARQUE DAS NAÇÕES

[TVINEWS]ALINHAMENTO.TVI24.GRAVADOS.PORTUGAL-PORTUGUES.PSP ajuda 11 - 1

PG	TITULO	PIVOT	GC	PAGINA/T#	REALIZACAO	CLIP	STATUS
11	PSP ajuda	ok/Tel	24	omni		pp apoio65 25 tlo ed tx 00	

DEIXA DE ÁUDIO: OS TRAPOS

LEADS:

DEIXA DE VIDEO: SENHORA A
DIZER ADEUS

OBS: ATENÇÃO!!!! SAI AO
TEMPO 4:07!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

===PIVOT==

DIÁRIAMENTE O PROGRAMA APOIO AO IDOSO 65 LEVA OS AGENTES DA PSP A VISITAR A POPULAÇÃO IDOSA... GARANTIR AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, DAR TRANQUILIDADE OU SIMPLEMENTE FAZER COMPANHIA SÃO ALGUNS DOS OBJECTIVOS DESTES PROJECTOS QUE JÁ ESTÁ IMPLEMENTADO HÁ CERCA DE 10 ANOS.... O PORTUGAL PORTUGUÊS FOI ACOMPANHAR UMA DESTAS EQUIPAS...

===TEXTO==

OS ROSTOS DE PORTUGAL ESTÃO CADA VEZ MAIS ENVELHECIDOS... E FOI A PENSAR NOS MAIS VELHOS QUE FOI CRIADO O PROGRAMA APOIO 65, IDOSOS EM SEGURANÇA...

SOUNDBITE

ESTA É UMA DAS EQUIPAS QUE... TODOS OS DIAS.. ENTRAM NA VIDA DAS PESSOAS IDOSAS DO CONCELHO DE LISBOA.

CRIAR RELAÇÕES DE PRÓXIMIDADE... EVITAR SITUAÇÕES DE ISOLAMENTO... GARANTIR A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR... OU SIMPLEMENTE PROPORCIONAR TRANQUILIDADE À POPULAÇÃO MAIS VELHA... SÃO ALGUNS DOS PRINCÍPIOS DESTES PROJECTOS...

VIVO

SUBCOMISSÁRIO NEGREIRO
PSP

(RESPIRA)

E PORQUE ÀS VEZES A SOLIDÃO É DURA

*TOPILOT SUBCOMISSÁRIO
NEGREIRO

DEMAIS... ESTAS VISITAS... SERVEM TAMBÉM
PARA TROCAR DOIS DEDOS DE CONVERSA... E
FAZER AS DELÍCIAS DAQUELES QUE NÃO TÊM
MAIS NINGUÉM... E A ALEGRIA DE QUEM É
VISITADO... ESSA... É VISÍVEL.

SOUNDBITE

VIVO JÁ ID

SOUNDBITE

E É POR ENTRE AS RUAS DAS FREGUESIAS DA
GRAÇA... DE SÃO JOÃO... E DA PENHA DE
FRANÇA... QUE OS AGENTES DA 11ª
ESQUADRA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA
PÚBLICA PASSAM OS DIAS. AOS IDOSOS
LEVAM SEGURANÇA... SORRISOS... E
COMPANHIA...

VIVO NÃO ID

COM UM POILICIAMENTO MAIS PRÓXIMO DE
QUEM PRECISA HÁ CASOS QUE NÃO PASSAM
EM BRANCO E SÃO MESMO DENUNCIADOS

VIVO
LUÍS NUNES
PSP

*TOPILOT LUÍS NUNES

SITUAÇÕES COMO ESTA SÃO MAIS VULGARES
DO QUE SE POSSA IMAGINAR... E É A PENSAR
NAS PESSOAS IDOSAS E MAIS FRÁGEIS QUE
ESTES AGENTES LEVAM POR DIANTE UM
PROJECTO QUE PRETENDE SOBRETUDO
EVITAR SITUAÇÕES DE RISCO.

*TOPILOT MIGUEL BRETIANO

MIGUEL BRETIANO
IMAGEM

POR AQUI AS PESSOAS SÃO MUITAS E AS
HISTÓRIAS DIFERENTES... MAS TODOS
MERECEM UMA ETAPA DIGNA E FELIZ PORQUE
AFINAL... VELHOS SÃO OS TRAJOS...